



LISBON  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

## **MESTRADO**

**CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS  
EMPRESARIAIS**

### **TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

**DISSERTAÇÃO**

**DIVULGAÇÃO SOBRE IMPARIDADE DE ATIVOS  
FINANCEIROS POR PARTE DAS EMPRESAS COTADAS EM  
PORTUGAL**

**NICOLAU LUSSATI VIEIRA FIO**

**OUTUBRO – 2017**



LISBON  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

## **MESTRADO**

CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS  
EMPRESARIAIS

### **TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

DISSERTAÇÃO

DIVULGAÇÃO SOBRE IMPARIDADE DE ATIVOS  
FINANCEIROS POR PARTE DAS EMPRESAS COTADAS EM  
PORTUGAL

NICOLAU LUSSATI VIEIRA FIO

Orientação: PhD ANA ISABEL ABRANCHES  
PEREIRA DE CARVALHO MORAIS

OUTUBRO - 2017

## RESUMO

O presente estudo visa captar o impacto da crise financeira internacional nas decisões dos gestores das empresas cotadas em Portugal sobre o reconhecimento e divulgação de perdas por imparidade de ativos financeiros durante o período de 2006 a 2015. Para o referido efeito, obtivemos uma amostra constituída por 34 empresas cotadas na *Euronext* Lisboa e que apresentaram, Relatórios e Contas anuais consolidados, preparados e apresentados de acordo com as IAS/IFRS ao longo de todo o período de estudo.

Concluimos que o ambiente profundamente severo, causado pelos efeitos da crise financeira, não afetou nas decisões dos gestores de reconhecerem perdas por imparidade de ativos financeiros durante o período de crise financeira. Ou seja, o reconhecimento de perdas por imparidade de ativos financeiros foi superior em período de não crise em comparação com o período de crise, sugerindo que os gestores usam a imparidade como instrumento para gerir seus resultados em períodos onde a tendência da rendibilidade das empresas é por natureza decrescente. Por outro lado, concluimos que a decisão de reconhecimento de perdas por imparidade nas empresas cotadas em Portugal é significativamente influenciada pelo tipo de auditor.

A dimensão, o nível de endividamento, o tipo de auditor e o setor de atividade tiveram um impacto significativo na magnitude de imparidade de ativos financeiros. Concluimos que a crise financeira, a inflação, o auditor, a cotação, o setor de atividade, o resultado antes do imposto ajustado de imparidade e reversões, bem como, logaritmo neperiano tiveram efeitos significativos nas divulgações sobre perdas por imparidade de ativos financeiros.

Por outro lado, confirmamos que a crise financeira aumentou as divulgações de perdas por imparidade de ativos financeiros por parte das empresas cotadas em Portugal.

**Palavras – Chaves:** Crise financeira, imparidade e ativos financeiros

## ABSTRACT

This study aims to capture the impact of the international financial crisis on the decisions of managers of listed companies in Portugal on the recognition and disclosure of impairment losses of financial assets during the period from 2006 to 2015. For this purpose, we obtained a sample consisting of 34 companies listed on Euronext Lisbon and which presented consolidated Annual Reports and Accounts prepared and presented in accordance with IAS/IFRS throughout the study period.

We conclude that the profoundly severe environment caused by the effects of the financial crisis did not affect managers' decisions to recognize impairment losses of financial assets during the period of financial crisis. That is, the recognition of impairment losses on financial assets was higher in a non-crisis period compared to the crisis period, suggesting that managers use impairment as a tool to manage their results in periods when the profitability trend of companies is by descending nature. On the other hand, we conclude that the decision to recognize impairment losses in listed companies in Portugal is significantly influenced by the type of auditor.

The size, level of indebtedness, the type of auditor and the sector of activity had a significant impact on the magnitude of impairment of financial assets. We also concluded that the financial crisis, inflation, the auditor, the quotation, the activity sector, the result before the adjusted impairment tax and reversals, as well as the Nepalese logarithm had significant effects on the disclosure of impairment losses on financial assets.

On the other hand, we confirm that the financial crisis increased the disclosures of impairment losses on financial assets by listed companies in Portugal.

**Key words:** Financial crisis, impairment and financial assets

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço ao eterno Deus Jeová doador da vida e de toda a existência, pelos abraços e companhia em momentos de profunda solidão e acima de tudo por guarda – me, guiar – me e abençoar – me. Em segundo lugar, agradeço aos meus amados pais e irmãos que tudo tem feito para suster – me, alimentados por uma esperança que o amanhã o sol brilhará com mais intensidade sobre as nossas vidas.

Em terceiro lugar, agradeço a Exmas. Sra. PhD Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais, por aceitar o meu pedido de orientação logo no primeiro contacto e acima de tudo pelas novas ideias que surgiam em cada reunião.

Em quarto lugar, agradeço em especial às minhas amadas amigas e colegas Jeruíza Cristina Delegado e Michele da Silva, por serem verdadeiras companheiras em todos os momentos.

Em quinto lugar, agradeço a liderança da Igreja Evangélica Ministério Casa de Arão, em especial os Pastores Eduardo Ramalho, Robson Ramalho, Katia Regina, Maira, Yuri e todas as famílias pertencente a congregação do Monte da Caparica - Almada, bem como, as famílias pertencentes a congregação sede.

Por último, agradeço ao coletivo de professores do Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresarias pela partilha de conhecimento e experiência ao longo da vigência do curso, e acima de tudo da atenção que sempre demonstraram aos estudantes.

**ÍNDICE**

RESUMO .....	I
ABSTRACT .....	II
AGRADECIMENTOS .....	III
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VI
LISTA DE ANEXOS .....	VII
INTRODUÇÃO.....	1
ENQUADRAMENTO .....	4
2.1 <i>Conceito de Imparidades de Ativos Financeiros</i> .....	4
2.2 <i>Tratamento Contabilístico de Imparidade de Ativos Financeiros</i> .....	8
2.2.1 <i>Tratamento Contabilístico de Imparidade de Ativos Financeiros</i> <i>Escriturados pelo Custo Amortizado</i> .....	10
2.2.2 <i>Tratamento Contabilístico de Imparidade de Ativos Financeiros</i> <i>Escriturados pelo Custo</i> .....	10
2.2.3 <i>Tratamento Contabilístico de Imparidade de Ativos Financeiros</i> <i>Mensurados pelo Justo Valor Através do Outro Rendimento Integral</i> .....	11
2.3 <i>Divulgações sobre Imparidade de Ativos Financeiros Segundo a IFRS 7</i> .....	12
3. REVISÃO DA LITERATURA E HIPÓTESES DE ESTUDO .....	12
3.1 <i>Divulgação da Informação Financeira e Perdas por Imparidade de Ativos</i> .	12
3.2 <i>Estudos sobre a Temática das Imparidades</i> .....	15
3.3 <i>Crise Financeira e a Imparidade de Ativos</i> .....	17
3.4 <i>Formulação de Hipóteses de Estudo</i> .....	18
4. ESTUDO EMPÍRICO .....	20
4.1 <i>Objetivos</i> .....	20
4.2 <i>Descrição da Amostra e Recolha de Dados</i> .....	21

4.3 Metodologia.....	22
4.4 Índice de Divulgação.....	27
5.ANÁLISE DE RESULTADOS.....	28
5.1 Estatística Descritiva.....	28
5.2 Análise de Correlações Entre as Variáveis.....	31
5.3 Comparação das Médias das Amostras Emparelhadas.....	31
5.4 Análise de Resultados.....	32
6.CONCLUSÕES E PISTA PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39
ANEXOS.....	48

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AFJVR – Ativos financeiros ao Justo Valor através dos Resultados

AFDV – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

IDM – Investimentos Detidos até a Maturidade

BCE – Banco Central Europeu

BP – Banco de Portugal

CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliário

FASB – Financial Accounting Standards Board

FMI – Fundo Monetário Internacional

IASB – International Accounting Standards Board

IAS – International Accounting Standards

IFRS – International Financial Reporting Standards

ESMA – Autoridade Europeia dos Mercados de Valores Mobiliários



**LISTA DE ANEXOS**

ANEXO 1 - COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA POR SETORES DE ATIVIDADES .....	48
ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DOS MONTANTES RECONHECIDOS COMO PERDAS POR IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS .....	48
ANEXO 3 - QUOTA - PARTE POR SETOR DE ATIVIDADE NOS MONTANTES RECONHECIDOS COMO PERDAS POR IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS .....	49
ANEXO 4 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	52
ANEXO 5 - ESTATÍSTICAS DE AMOSTRAS EMPARELHADAS .....	53
ANEXO 6 - TESTE <i>T</i> - <i>STUDENT</i> DA DIFERENÇA DAS MÉDIAS DAS AMOSTRAS EMPARELHADAS .	53
ANEXO 7 - ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO 1 .....	54
ANEXO 8 - ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO 2.....	55

## INTRODUÇÃO

No final de 2008 intensificou – se e propagou – se, de forma generalizada e a nível global, a crise financeira, considerada por muitos como a maior crise económica e financeira após a grande depressão de 1929 (Kotz, 2009; Pereira, 2010). Caracterizada por uma queda acentuada do comércio internacional, deterioração das condições de financiamento das famílias e empresas, redução significativa da produção industrial e do emprego, falência de muitas empresas e, em geral, o aumento da aversão ao risco e da incerteza dos agentes económicos quanto ao futuro das empresas (BP, 2009)

Portugal, apesar de ter vivido em 2008 um período de profunda recessão (BP, 2009), os efeitos da crise financeira até certo ponto foram minimizados a nível da Europa e ao resto do mundo pela ação conjunta de vários bancos centrais e governos, incluindo o Banco de Portugal, para dinamizar a atividade económica fortemente abalada pelos choques económicos externo e o nível de confiança dos agentes económicos. Este quadro, inverteu – se a partir do final de 2009 e princípio de 2010, porque alguns países da Zona Euro incluindo Portugal, foram surpreendidos por uma nova crise, a da dívida soberana, (BP, 2010; BP, 2011)

Em período de crise financeira é espectável que as empresas avaliem a qualidade dos seus ativos como forma de assegurarem o futuro das suas atividades. Neste quadro é de extrema importância a realização dos testes de imparidade de ativos em geral e em particular dos ativos financeiros, por estes representarem a curto e médio prazo um elemento vital para a manutenção dos fatores de produção e o cumprimento das obrigações contratuais das empresas.

O contexto da crise financeira serviu – nos de base para avaliarmos até que ponto as informações contidas nas demonstrações financeiras são credíveis e captam na sua essência a realidade subjacente, vivida pelas empresas cotadas em Portugal. Vários estudos foram

realizados com objetivos de captarem o impacto da crise financeira sobre as decisões dos gestores usando como objeto de análise o reconhecimento e divulgação de imparidade de ativos. Em grande parte, esses são virados para os ativos fixos tangíveis e intangíveis incluído o *Goodwill* (Beatty e Weber, 2006; AbuGhazaleh et al. 2011; Carvalho et al. 2013; Gonçalves, 2014; Carneiro, 2015; Pereira, 2016). Os poucos estudos existentes sobre imparidade de ativos financeiros sobre a realidade portuguesa estão direcionados para as instituições financeiras e bancos. Além disso, existem poucos estudos realizados exclusivamente para avaliar o impacto da crise financeira sobre as decisões dos gestores de reconhecer e divulgar as perdas por imparidade de ativos financeiros por parte das empresas cotadas em Portugal, constituindo assim uma oportunidade para desenvolver este estudo de grande importância ao nível do relato financeiro especialmente da sua qualidade.

Neste sentido, os resultados do presente estudo contribuirão para a literatura contabilística referente ao impacto da crise financeira sobre comportamento dos gestores que, em certa medida, tem impacto na qualidade da informação financeira disponibilizada aos mercados.

O presente trabalho tem como objetivo captar o efeito da crise financeira sobre as decisões de reconhecimento e divulgação das perdas por imparidade de ativos financeiros por parte das empresas cotadas em Portugal durante os períodos económicos de 2006 a 2015. Tratando – se de um estudo do tipo longitudinal houve a necessidade imperiosa de dividir o período acima descrito em dois subperíodos: período de crise (2010 a 2013) e período de não de crise (2006 a 2009, 2014 e 2015).

De modo a realizarmos o estudo, obtivemos os dados das 34 empresas que constituem a amostra a partir dos seus Relatórios e Contas anuais consolidados, publicados no *site de internet* da CMVM, dos 10 anos que constitui o período de análise, e posteriormente elaborou – se um índice de divulgação não ponderado subdividido em dois por se tratarem

de informações extraídas de duas Normas relativas aos instrumentos financeiros IAS 32 e a IFRS 7, dando origem a 4.760 itens analisados.

Os resultados do presente estudo constataam que, em período de crise, as empresas cotadas em Portugal reconheceram menos perdas por imparidade de ativos financeiros do que em períodos de não crise e de uma certa estabilidade das atividades económicas, sugerindo que os gestores fazem o uso da imparidade como instrumento para gerirem os seus resultados. Por outro lado, revelou – se que, em período de crise, as empresas cotadas em Portugal divulgaram mais informações em relação ao período de não crise. Em última instancia verificou – se que a magnitude das perdas por imparidade não foi influenciada pela crise financeira.

O presente estudo está dividido em cinco capítulos, o segundo capítulo apresenta – se como um enquadramento conceptual de índole contabilista e bem como tratamento das principais questões referentes a mensuração, reconhecimento e divulgação das perdas por imparidade de ativos financeiros, o terceiro capítulo apresenta a revisão da literatura e as hipóteses de estudos onde são apresentados os principais estudos sobre a temática e a formulação das hipóteses de estudo, o quarto capítulo apresenta o objetivo de estudo, a descrição da amostra e a recolha de dados, bem como, a metodologia adotada, no quinto capítulo apresenta – se os resultados da estatística descritiva, a análise de correlação entre as variáveis, bem como, a análise dos resultados finais dos modelos de regressão adotados, o sexto e último capítulo apresentam as principais conclusões e as pistas para investigações futuras.

## ENQUADRAMENTO

### 2.1 Conceito de Imparidades de Ativos Financeiros

O ativo é geralmente definido como um recurso controlado por uma entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam benefícios económicos futuros para a entidade. Os benefícios económicos futuros incorporados num ativo são o potencial de contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para entidade. Este potencial pode ser um potencial produtivo que faça parte das atividades operacionais da entidade. Pode também tomar a forma de convertibilidade em caixa ou equivalentes de caixa ou a capacidade de reduzir os exfluxos de caixa, tais como quando um processo alternativo de fabricação baixa os custos de produção. Por tanto, essa potencialidade do ativo contribuir para entidade pode não verificar – se ao longo de um determinado horizonte temporal devido a fatores adversos a entidade. Logo surge a necessidade de avaliar a existência destes fatores sempre que eles ocorrem e no fim da data de relato para ajustar a quantia escriturada do ativo à real capacidade de retorno dos benefícios económicos esperados para entidade, surgindo assim a necessidade de reconhecer uma perda por imparidade (*impairment*).

*Impairment* é uma palavra inglês que na sua tradução literal significa [...], redução, diminuição ou prejuízo (Editora, 2009).

Silva et al. (2006), citado por Cunha, et al., (2010), referem que a imparidade surge como um instrumento para modificar o valor dos ativos após a mensuração inicial, de forma a evidenciar da melhor forma possível o benefício provável, uma vez que nem sempre os ativos estão escriturados de acordo com o seu real valor. Por sua vez Mirza , et al., (2011) afirmam que o objetivo geral de um teste de imparidade consiste em garantir que um ativo não esteja registado para efeitos de informação financeira num montante que exceda o seu valor recuperável.

Cunha et al., (2010) consideram tratar – se de uma técnica de redução do valor do ativo, ajustando à sua real capacidade de retorno económico, tendo subjacente a aplicação do princípio contabilístico da prudência e a característica qualitativa da informação financeira da fiabilidade.

Um Instrumento financeiro define – se como sendo, qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade (IAS 32 § 11). Encontra partida, um ativo financeiro define – se como sendo qualquer ativo que seja: *i*) dinheiro; *ii*) um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; *iii*) um direito contratual: *a*) de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade, ou *b*) de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente favoráveis para a entidade; *iv*) ou um contrato que será ou poderá ser liquidado nos instrumentos de capital próprio da própria entidade que seja um não derivado para o qual a entidade esteja ou possa estar obrigada a receber um número variável dos instrumentos de capital próprio da própria entidade, ou um derivado que será ou poderá ser liquidado de forma diferente da troca de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos instrumentos de capital próprio da própria entidade (IAS 32 § 11).

O tratamento contabilístico de um ativo tem início como seu reconhecimento que caracteriza – se como o processo de incorporar na demonstração da posição financeira um item que satisfaça a definição de ativo e os seguintes critérios de reconhecimento: *i*) for provável que qualquer benefício económico futuro associado ao item flua para entidade e *ii*) o item tiver um custo ou valor que possa ser mensurado com fiabilidade. Neste sentido uma entidade deve reconhecer um ativo financeiro na sua demonstração da posição financeira quando, e apenas quando, a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento (IAS 39, § 14).

Sendo a mensuração um processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devem ser reconhecidos e inscritos na demonstração da posição financeira e do desempenho financeiro. Por tanto, quando um ativo financeiro é inicialmente reconhecido, uma entidade deve mensurá-lo pelo seu justo valor<sup>1</sup>, no caso de um ativo financeiro que não seja pelo justo valor através dos resultados, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro devem ser incluídos no justo valor deste (IAS 39, § 43). Neste sentido, o justo valor de um ativo financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço de transação (a quantia paga para adquirir o ativo ou preço de entrada) (IAS 39, § AG 64).

A forma de tratamento contabilístico dos ativos financeiros difere da sua classificação, e está dependente da intenção que cada entidade tem aquando da sua aquisição. As entidades devem definir os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias (IAS 39, § 9):

- ✓ Ativo financeiro pelo justo valor através dos resultados, se a intenção da entidade for a obtenção de resultados a curto prazo ou se no momento do reconhecimento inicial o ativo financeiro é designado pela entidade pelo justo através dos resultados.
- ✓ Investimentos detidos até à maturidade se forem ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que uma entidade tem a intenção e a capacidade de deter até à maturidade<sup>2</sup>, desde que não sejam: *a)* os que a entidade designa no reconhecimento inicial pelo justo valor através dos resultados; *b)* os que a entidade designa como disponível para venda; e *c)* os que satisfazem a definição de empréstimos concedidos e contas a receber.

---

<sup>1</sup> Justo valor é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração, (IAS 39, § 9)

<sup>2</sup> Com respeito à definição de investimentos detidos até à maturidade, os pagamentos fixos ou determináveis e a maturidade fixa significam que um acordo contratual define as quantias e as datas de pagamento ao detentor, como os pagamentos de capital e de juros, (IAS 39, § AG 17)

- ✓ Empréstimos concedidos e contas a receber se forem ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo e entidade não tem intenção de os negociar e que não sejam *i*) os classificados em outras categorias de ativos financeiros; ou *ii*) aqueles em que a entidade não possa recuperar substancialmente a totalidade do seu investimento inicial, que não sejam devido à deterioração do crédito, que serão classificados como disponível para a venda; e
- ✓ Ativos financeiros disponíveis para a venda se forem ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para a venda ou que não haja intenção de serem vendidos ou trocados por um período indeterminado e que não são classificados nas categorias acima descritas. Trata – se duma categoria residual, onde são reconhecidos todos os ativos financeiros que não satisfaçam os requisitos de definição de outras categorias.

Esta classificação é de extrema importância porque determinará o critério de mensuração subsequente dos ativos financeiros, o impacto nas demonstrações da posição financeira, rendimento integral e consequentemente a sujeição ou não aos testes de imparidade, conforme resumido na tabela abaixo:

Tabela1- Critérios de mensuração e sujeição dos testes de imparidade de ativos financeiros

Categoria	Critério de mensuração	Impacto nas DF's	Sujeição ao teste de imparidade
AFJVR	Justo valor	Demonst. de Resultado	Não
IDAM	Custo amortizado através do método de juro efetivo		Sim
Emprest. e contas a receber			
AFDV	Justo valor/custo	Outro Rend. Integral	

**Fonte:** Elaboração própria

A IAS 39 exige que todos os ativos financeiros exceto aqueles mensurados pelo justo valor através dos resultados devem estar sujeitos ao teste de imparidade.



## 2.2 Tratamento Contabilístico de Imparidade de Ativos Financeiros

As entidades são obrigadas a avaliarem, no fim de cada período de relato, se existe ou não qualquer prova objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estejam em imparidade (IAS 39, §58). Em caso de tal prova existir, ela deve determinar a quantia da perda por imparidade a reconhecer.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em imparidade sempre que a quantia pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável. O critério de decisão que determina o reconhecimento de uma perda por imparidade de um ativo financeiro deve fundamentar-se na existência de prova objetiva de imparidade que resulta de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (um «acontecimento de perda») e se esse acontecimento (ou acontecimentos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser fiavelmente estimado. As perdas esperadas como resultado de acontecimentos de perdas futuras, independentemente do grau de probabilidade, não são reconhecidas. A prova objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos estão em imparidade inclui dados observáveis que chamam a atenção do detentor do ativo acerca dos seguintes acontecimentos de perda<sup>3</sup>: *i*) significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado; *ii*) uma quebra de contrato, tal como um incumprimento ou relaxe nos pagamentos de juro ou de capital; *iii*) o mutuante, por razões económicas ou legais relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, oferece ao mutuário uma concessão que o mutuante de outra forma não consideraria; *iv*) torna – se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira; *v*) o desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou

---

<sup>3</sup> Acontecimento de perda significa que a entidade perdeu o direito aos benefícios económicos subjacente a um ativo por exemplo a perda da dívida de um cliente ou um empréstimo concedido.

vi) dados observáveis indicando que existe um decréscimo mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial desses ativos, embora o decréscimo ainda não possa ser identificado com os ativos financeiros individuais do grupo, incluindo: *a)* alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários do grupo, ou *b)* as condições económicas nacionais ou locais que se correlacionam com os incumprimentos relativos aos ativos do grupo.

Não constituem prova objetiva de imparidade: *i)* o desaparecimento de um mercado ativo porque os instrumentos financeiros de uma entidade deixaram de ser negociados publicamente, *ii)* uma baixa na notação de crédito de uma entidade, embora possa ser prova de imparidade quando considerada com outras informações disponíveis e *iii)* um declínio no justo valor de um ativo financeiro abaixo do seu custo ou custo amortizado (isto é, um declínio no justo valor de um investimento num instrumento de dívida que resulte de um acréscimo da taxa de juro sem risco).

Também constituem acontecimentos de perdas de imparidade para um investimento num instrumento de capital próprio inclui informação acerca de alterações significativas com um efeito adverso que tenham tido lugar no ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal no qual o emissor opere, e indica que o custo do investimento no instrumento de capital próprio pode não ser recuperado, bem como, um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu valor.

As perdas por imparidade devem ser revertidas diretamente ou ajustando uma conta de abatimento se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade. A reversão não deve resultar numa quantia escrituraria do ativo financeiro que exceda o que o custo amortizado poderia ter sido, caso a imparidade

não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

### **2.2.1 Tratamento Contabilístico de Imparidade de Ativos Financeiros Escriturados pelo Custo Amortizado**

Para os ativos financeiros escriturados pelo custo amortizado (i.e., empréstimos concedidos, contas a receber e investimentos detidos até a maturidade), se existir prova objetiva de que foi incorrida uma perda por imparidade, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorrida) descontado à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. A IAS 39 apresenta duas alternativas em que a quantia escriturada deve ser reduzida, *i*) diretamente ou *ii*) através do uso de uma conta de abatimento. A quantia da perda deve ser reconhecida nos lucros ou prejuízos (IAS 39, § 63).

### **2.2.2 Tratamento Contabilístico de Imparidade de Ativos Financeiros Escriturados pelo Custo**

Para ativos financeiros escriturados pelo custo (isto é, um instrumento em capital próprio não cotado e que não seja escriturado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser fiavelmente mensurado, ou num ativo derivado que esteja ligado a e deva ser liquidado por entrega de um tal instrumento de capital próprio não cotado), se existir prova objetiva que uma perda por imparidade foi incorrida, a quantia da perda por imparidade é mensurada como a diferença entre a quantia escriturada do ativo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado

corrente para um ativo financeiro semelhante. Tais perdas por imparidade não devem ser revertidas (IAS 39, § 66).

### **2.2.3 Tratamento Contabilístico de Imparidade de Ativos Financeiros Mensurados pelo Justo Valor Através do Outro Rendimento Integral**

O reconhecimento de perdas por imparidade nesta categoria de ativos financeiros está condicionado sobre o que uma entidade considere ou define como declínio significativo e prolongado do justo valor do ativo financeiro.

Quando um declínio no justo valor de um ativo financeiro disponível para a venda tenha sido reconhecido em outro rendimento integral e houver prova objetiva de que o ativo está em imparidade, a perda/ganho cumulativa (o) que tinha sido reconhecida (o) em outro rendimento integral deve ser reclassificada do capital próprio para os resultados como ajustamento de reclassificação ainda que o ativo financeiro não tenha sido desreconhecido (IAS 39, § 67).

A quantia da perda/ganho cumulativa (o) que seja reclassificada (o) do capital próprio para os resultados segundo o parágrafo anterior, deve ser a diferença entre o custo de aquisição (líquido de qualquer reembolso e amortização de capital) e justo valor corrente, menos qualquer perda por imparidade resultante desse ativo financeiro anteriormente reconhecido nos resultados (IAS 39, § 68).

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados de um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda deve ser revertido somente na demonstração de outro rendimento integral e a reversão de uma perda por imparidade de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda é reconhecida em resultados (IAS 39, § 69 e 70).

## **2.3 Divulgações sobre Imparidade de Ativos Financeiros Segundo a IFRS 7**

O principal objetivo das divulgações é proporcionar informações que sejam relevantes para compreensão dos utentes das demonstrações financeiras. O IASB estabelece dois objetivos que as empresas devem satisfazer nas suas divulgações referentes aos instrumentos financeiros segundo a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O primeiro consiste em fornecer aos utilizadores das demonstrações financeiras informações que permitam avaliar a relevância dos instrumentos financeiros para a posição e o desempenho financeiro da entidade (IFRS 7, § 1, al., (a)). O segundo objetivo consiste em proporcionar informações sobre a natureza e a extensão dos riscos associados aos instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta durante o período e na data de relato, assim como a forma como a entidade gere esses riscos (IFRS 7, § 1, al., (b)).

As informações que as entidades devem divulgar sobre as perdas por imparidade de ativos financeiros abrangem as seguintes áreas: *i*) políticas contabilísticas; *ii*) significado das perdas por imparidade na demonstração da posição financeira, do rendimento e de outro rendimento integral e *iii*) a maturidade dos ativos financeiros vencidos ou em imparidade, conforme consta nos índices de divulgação 1 e 2 dos anexos 8 e 9 respetivamente.

## **3. REVISÃO DA LITERATURA E HIPÓTESES DE ESTUDO**

### **3.1 Divulgação da Informação Financeira e Perdas por Imparidade de Ativos**

Vem – se assistindo a nível internacional um processo de harmonização contabilística à escala mundial. Uma das razões desta decisão por partes dos governos deve – se provavelmente aos benefícios resultantes de uma melhor comparabilidade das informações divulgadas nas demonstrações financeiras das empresas e ao funcionamento eficiente dos

mercados de capitais. A este propósito, um dos factos marcante a nível da Europa foi a adoção das IAS/IFRS com vista a harmonizar as informações financeiras apresentadas pelas sociedades regidas pela legislação de um Estado – Membro e cujos valores mobiliários estiverem admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado – Membro (Regulamento (CE) N° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002). Pesquisas como de Daske (2006), Barth et al. (2010) e Daske et al. (2013) revelam que empresas cotadas e investidores têm ambos experimentados benefícios após a adoção das IAS/IFRS, devido ao elevado grau de exigência de divulgação de informação. Exemplos de benefícios potências incluem a redução das assimetrias de informação entre participantes informados e não informados, redução do custo de capital, o aumento da capacidade dos investidores de distinguir bons e maus investimentos como bons e maus gestores, o aumento da procura de títulos e diminuição da volatilidade do retorno das ações e dando maior liquidez nos mercados de capitais, porque o acesso ao investimento é melhorado e percebido como sendo de menor risco porque a incerteza dos investidores é mitigada (Akerlof, 1970; Botosan, 2000; Bloomfield & Wilks, 2000; Leuz e Varrecchia, 2000; Healy & Palepu., 2001; Yip & Young, 2012; Müller, 2014). Apesar dos claros benefícios do aumento da divulgação, um dos factos em que não se observa o limite máximo das divulgações está relacionado com potenciais custos de divulgação, que incluem custos diretos, custos de litígios e custos de proprietários. A divulgação de informações sobre melhores perspectivas que são incertas e não verificáveis expõem uma empresa a potencial litígio, caso o resultado final seja desfavorável (Kothari, 2000). Kothari (2000) também salienta que certas informações não são divulgadas porque tal divulgação constituirá uma desvantagem competitiva para a empresa face aos seus concorrentes devido à natureza proprietária da informação.

Estudos como de Cooke (1992), Adhikari e Tondkar (1992), Raffournier (1995), Robb et al. (2001), Haniffa & Cooke (2005), Biddle & Hilary (2006), Bushman & Piotroski (2006), Jeanjean & Stolowy (2008), Leuz (2010) e Amiraslani et al. (2013) são unânimes em identificar a existência de características específicas das empresas, institucionais e regulamentares dos países onde elas operam que, tem grande impacto sobre as políticas de divulgação e a qualidade das informações divulgadas aos mercados. A nível de cada jurisdição fatores como a forte/fraca proteção jurídica dos investidores, a forte/fraca aplicação das leis, o estado de desenvolvimento dos mercados (mais desenvolvidos/menos, desenvolvidos) de capitais, a dimensão (grandes/pequenos) dos mercados de capitais, a dispersão/concentração de propriedade são determinantes da qualidade das informações divulgadas (La Porta et al. 2000).

Entretanto, tem havido por parte dos organismos normalizadores a nível internacional (IASB e FASB), um esforço concertado para convergir as normas de relato financeiro entre os países, mas apesar deste esforço, subsistem diferenças substâncias entre a harmonização das normas e harmonização das práticas de relato financeiro entre os países (Leuz, 2010).

Por outro lado, Lhaopadchan (2010) afirma que apesar das AIS/IFRS serem de alta qualidade o nível de discricionariedade gerência concedidos aos gestores por intermédio das IAS/IFRS e os conflitos de agência dentro das empresas são fatores que contribuem para menor qualidade das divulgações das demonstrações financeiras, bem como, os fatores institucionais e as características específicas das empresas, apesar dos esforços que tem – se desenvolvido para aumentar essa comparabilidade.

A nível internacional, a diferença na prática de relato financeiro divide os países em três *clusters* (Leuz, 2010). O primeiro *cluster* é caracterizado por países com grandes e desenvolvidos mercados de ações, baixa concentração de propriedade, forte proteção dos investidores, forte aplicação das leis e altos níveis de divulgação. Os países do segundo e

terceiro *clusters* são semelhantes nas seguintes características institucionais de economia privilegiada, tais como mercados de ações menos desenvolvidos, maior concentração da propriedade, menor proteção dos investidores, fraca aplicação da lei e menores níveis de divulgação, mais diferem acentuadamente na força de seus sistemas jurídicos (Leuz, 2010). Nos estudos de Leuz (2010) e Amiraslani et al. (2013) Portugal é enquadrado no terceiro *cluster*.

### 3.2 Estudos sobre a Temática das Imparidades

Duh et al. (2009) afirmam existirem duas vertentes de investigação relacionada com a imparidade de ativos, a primeira analisa a reação do público e do mercado relativamente à divulgação das perdas por imparidade e a segunda vertente investiga as características e motivações das empresas que reconhecem e divulgam as perdas por imparidade. O presente trabalho visa concentrar – se na segunda vertente de investigação.

Quanto à primeira vertente de investigação, afirma que o reconhecimento e a divulgação de perdas por imparidade estão associadas a uma redução economicamente significativa do valor de mercado das empresas devido à reação significativamente negativa dos mercados de ações (Li, et al., 2011) e essa reação observa – se geralmente nas divulgações emitidas referente ao quarto trimestre, mas são atenuadas para empresas com baixa assimetria de informações (Bens, et al., 2011). Entretanto essas reações não se verificam nas divulgações emitidas no primeiro trimestre (Hsieh & Wu, 2006) e os investidores e analistas financeiros fazem uma revisão das suas expectativas para baixo perante o anúncio de uma perda por imparidade pelo facto desta, constituir um indicador fundamental da redução da rentabilidade futura (Lapointe– Antunes, et al., 2009).

Mudança do CEO (Vanza , et al., 2011) e prática de alisamento e do *“big bath”* nos relatórios financeiros (AbuGhazaleh, et al., 2011) contribuem para o reconhecimento de



perdas por imparidade. O declínio nos ganhos e a violação das cláusulas dos contratos de dívida (Duh, et al., 2009), bônus dos gestores, o nível de volume de negócio desejado, contrato de remuneração indexada aos resultados contabilísticos, reputação dos gestores (Beatty & Weber, 2006) constituem motivações que afetam as decisões dos gestores de não reconhecerem as perdas por imparidade.

Para evitar ou gerir o tempo de reconhecimento de uma perda por imparidade de *goodwill* gestores fazem o uso do seu poder discricionário para selecionar a taxa de desconto a utilizar no desconto dos fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa (Carlin & Finch, 2009). Em média o atraso entre a data efetiva de ocorrência da imparidade económica e a data do seu reconhecimento efetivo da associada numa concentração empresarial é de 3 a 4 anos (Hayn & Hugh, 2006).

Wang (2007) argumenta que as decisões de reversões de perdas por imparidade não decorrem de fatores económicos, mais sim de incentivos à gestão de resultados.

Empresas com elevada visibilidade política (custo político) preferem alternativas contabilísticas que reduzam os seus resultados publicados, a fim de minimizar a atenção e atuações adversas por parte dos poderes públicos, e no caso de empresas com sindicatos fortes, altos resultados implicaria exigência de aumento salarial (Haniffa & Cooke, 2005). Byard et al. (2007), documentam que em situação de crise os gestores têm a motivações para manipular seus resultados, constatou isso nos relatórios de contas do quarto trimestre de 2005 das grandes empresas de refinação de petróleo dos Estados Unidos após o impacto dos furacões Katrina e Rita.

Empresas auditadas por uma *Big four*, operam na indústria de gás e petróleo, maior dimensão em termos do total de ativos, maior alavancagem e tem maior intensidade de desvalorização do *goodwill* apresentam maior qualidade de divulgação sobre imparidade (Amiraslani, et al., 2013). Pereira (2016) encontrou evidências que empresas com um

reduzido nível de *enforcement*, maior dimensão e mais endividadas tendem a reconhecer mais imparidades de ativos.

### **3.3 Crise Financeira e a Imparidade de Ativos**

Na sequência da falência do banco de investimento Lehman Brothers nos Estados Unidos da América no final de 2008 intensificou – se e propagou – se, de forma generalizada e a nível global, a crise financeira. Como consequência observou – se uma contração significativa do comércio internacional, da produção industrial, da concessão de crédito as famílias e empresas, do emprego, do Produto Interno Bruto (PIB) e consequentemente da rentabilidade dos capitais próprios (BCE, 2009, 2010 e FMI, 2009).

No final de 2009 e princípio de 2010, alguns países da Zona Euro, inclusive Portugal, foram surpreendidos por uma nova crise, a da dívida soberana. Em Portugal, as condições de acesso ao financiamento externo agravaram – se devido o condicionalismo da avaliação dos investidores internacionais sobre as condições de solvabilidade intertemporal dos agentes económicos nacionais, em especial a do governo, relacionado com o seu elevado nível de endividamento externo, baixo crescimento tendencial em conjugação com níveis de défice e da dívida pública relativamente alta (BP, 2010). Neste quadro, o efeito da crise financeira global foi sentido de forma tão acentuada na economia portuguesa a partir do início de 2010 por causa dos elementos acima descritos (Mingli, 2010). Onde houve a necessidade imperiosa de um pedido de assistência financeira internacional á União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional (BP, 2010 e 2011).

As previsões da desaceleração acentuada do crescimento económico aumentam a probabilidade de reconhecimento de perdas por imparidade e por divulgações adequadas (PWC, 2008). Estudos como da KPMG (2009) e Sannino et al. (2014) encontram evidência

sobre o aumento no reconhecimento de perdas por imparidade de ativos financeiros durante a crise financeira.

Carvalhos et al. (2013) encontraram evidência que a recente crise financeira não implicou um aumento significativo no valor das perdas por imparidade do *goodwill* nas empresas portuguesas cotadas na *Euronext* Lisboa durante o período de 2005 a 2012. Os mesmos autores concluem que em Portugal a decisão de reconhecimento daquelas perdas poderá estar a ser influenciada, não apenas por fatores económicos, mas também por interesses da gestão.

### **3.4 Formulação de Hipóteses de Estudo**

Situações decorrentes de uma crise que podem influenciar significativamente o comportamento dos gestores referente à tomada de decisões na seleção de políticas contabilísticas (Smith et al. 2001, Jaggi e Lee 2002).

Jaggi e Lee (2002) documentam que, situações em que as empresas enfrentam severas dificuldades financeiras e sujeitas a violar as cláusulas contratuais de dívida, podem influenciar o comportamento dos gestores em adotar políticas contabilísticas que alteram o desempenho económico – financeiro das empresas.

Em período de crise as demonstrações da posição financeira dos bancos ofereceram uma visão distorcida da saúde financeira dos bancos devido o menos aprovisionamento dos empréstimos de cobrança duvidosa (Huizinga & Laeven, 2009). Pereira (2016) constatou que durante o período de crise na Europa, as empresas reconhecem menos imparidades, independentemente de pertencerem a países que tiveram ajuda financeira ou não.

Como descrito anteriormente, a crise financeira teve grande impacto na economia global, caracterizada pelas restrições significativa do acesso ao crédito, queda acentuada na produtividade industrial e comercial, redução significativa da rendibilidade dos capitais

próprios e a falência de muitas empresas. Neste contexto, a crise financeira tem grande impacto sobre o desempenho económico – financeiro das empresas, e no seu comportamento nos mercados de capitais, acesso ao financiamento, constituindo motivação para que os gestores durante a crise financeira reconheçam menos perdas por imparidade de ativos financeiros, como forma de não serem penalizados pelos mercados por via da redução do preço das ações e do aumento do custo de capital devido ao baixo desempenho da economia no geral.

Neste sentido, a nossa primeira hipótese é:

*H1: As empresas cotadas em Portugal reconhecem mais perdas por imparidade após o período da crise financeira do que no período da crise financeira.*

Malandri (2012) constatou que a divulgação de perdas por imparidade teve um aumento substancial após o período da crise. Este autor analisou o impacto da crise financeira na divulgação de imparidade do *goodwill* das principais empresas italianas referente ao exercício económico findo em 2011 e constatou que, apesar do nível de detalhe relativo à divulgação das perdas por imparidade, das fases e pressupostos usados no teste de imparidade terem aumentado, as limitações essenciais que tornam as informações prestadas pouco claras ao ponto de serem insuficiente e não satisfazerem completamente as necessidades dos interessados das informações contidas nas demonstrações de resultados.

Sannino et al. (2014) encontraram evidência durante o período de 2007 a 2010 que a maioria dos bancos cotados na bolsa de valor italiana não fornecem informações úteis como definiram os limites divulgados, sobre os quais decidiram determinar os limiares quantitativos e temporais do declínio significativo e prolongado do justo valor para o teste de imparidade na categoria de ativos financeiros disponível para venda. Em muitos casos os limiares são definidos em níveis relativamente elevados, reduzindo as possibilidades de reconhecimento de perdas por imparidade.

Amiraslani et al. (2013) observou que apesar das recentes flutuações nas condições económicas causadas pela crise financeira e que se esperava que seriam relevantes na mensuração subsequente de ativos, encontraram ausência de divulgações significativas sobre as revisões dos pressupostos relacionados a imparidade passada.

Logo a nossa segunda hipótese é:

*H2: As empresas cotadas em Portugal aumentaram as suas divulgações relacionadas com as perdas por imparidade de ativos financeiros após a crise financeira.*

## **4. ESTUDO EMPÍRICO**

### **4.1 Objetivos**

Neste estudo pretende – se analisar o impacto que a crise financeira teve nas decisões dos gestores sobre o reconhecimento e divulgação de perdas por imparidade de ativos financeiros por parte das empresas cotadas em Portugal, durante o período de 2006 a 2015. Especificamente efetuar – se – á uma análise dos montantes e das informações divulgadas pelas empresas sobre perdas por imparidade de ativos financeiros de acordo com a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, por um lado identificando o tipo e o nível de informação divulgada e por outro lado, identificando os fatores determinantes do nível de divulgação e reconhecimento de perdas por imparidade de ativos financeiros.

Estudos anteriores analisaram o reconhecimento e divulgação das perdas por imparidade de ativos durante o período da crise financeira considerando todos os ativos ou em especial os ativos intangíveis. No entanto, nota – se uma certa escassez de estudos direcionados exclusivamente para os ativos financeiros e, especialmente, no contexto português para as empresas não financeiras. Deste modo, torna – se pertinente contribuir para a literatura sobre o impacto da crise financeira nas decisões dos gestores e que de certo

modo tem implicações na qualidade da informação financeira divulgada ao mercado de capitais usando como base de análise o reconhecimento e divulgação das perdas por imparidade de ativos financeiros.

## 4.2 Descrição da Amostra e Recolha de Dados

O universo populacional usado no presente estudo é constituído por todas as empresas cotadas na *Euronext* Lisboa durante o período de 2006 a 2015, que apresentaram ao longo do período em análise Relatórios & Contas anuais consolidados de acordo com as IAS/IFRS. O período de análise está dividido em dois subperíodos que são, o período de crise (2010 a 2013) e o período de não crise (2006 a 2009, 2014 e 2015). Por um lado, considerou – se o período económico de 2006 como o início do período de análise como forma de não captar os efeitos adoção das IAS/IFRS pela primeira vez, e por outro, considerou – se que “provavelmente” as empresas já estejam familiarizadas com os requisitos de reconhecimento, mensuração e divulgação das perdas por imparidade de ativos financeiros descritas nas Normas acima referenciadas em comparação a 2005 que corresponde ao primeiro período económico de aplicação obrigatória das IAS/IFRS por parte das empresas cujo os seus títulos mobiliários são transacionados nos mercados de capitais europeus.

Tratando – se de um estudo do tipo longitudinal (dados em painel) para efeito de comparabilidade dos dados houve a necessidade de delimitar a amostra, para o efeito realizou – se uma leitura de cada Relatório e Contas anuais consolidadas publicados no *site* de *internet* da CMVM em 20 de maio de 2017, com objetivo de identificar as empresas que adotaram as IAS/IFRS ao longo de todo o período em análise como referencial de relato financeiro para preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras anuais consolidadas e apresentam ao longo de todo período de análise demonstrações financeiras

anuais consolidadas. Foram excluídas da amostra as empresas financeiras e seguradoras pelo facto de estarem sujeita para além das IAS/IFRS à Normas setoriais (Fernandes , et al., 2016) que tem impacto na preparação e apresentação do Relato financeiro, portanto este facto coloca em causa a comparabilidade dos Relatórios e Contas anuais Consolidadas das empresas da amostra. Por outro lado, excluiu – se as sociedades desportivas, dada a especificidade das suas atividades (Carvalho, et al., 2013). Finalmente encontrou – se um universo de 54 empresas cotadas, 20 delas foram excluídas, das quais 4 do setor financeiro, 3 sociedades desportivas por razões acima mencionadas e 13 empresas por não apresentaram demonstrações financeiras consolidadas que cobrem todo período de análise, originando assim uma amostra de 34 empresas cotadas. No anexo 1 encontra – se a composição da amostra por setor de atividade.

Os Relatórios e Contas anuais Consolidadas publicados constituíram a principal fonte de informação, onde se fez a recolha dos dados e observou – se as divulgações constantes na demonstração da posição financeira consolidada, demonstração de resultados consolidados, demonstração de outro rendimento integral e anexos as demonstrações financeiras consolidadas sobre as perdas por imparidade de ativos financeiros ao abrigo da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e da IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações.

### **4.3 Metodologia**

Para captarmos o impacto da crise financeira sobre as decisões de reconhecimento e divulgação de perdas por imparidade de ativos financeiros por parte das empresas cotadas em Portugal, foram adotados os modelos utilizados por Yammine & Olivier (2014) ajustado, com a introdução de variáveis externas à empresa como AUDITOR e a

COTAÇÃO, que de acordo com a revisão da literatura têm impacto na escolha de políticas contabilísticas referente a divulgação e reconhecimento.

O primeiro modelo capta a probabilidade de decisão dos gestores de reconhecer ou não uma perda por imparidade determinada através de uma regressão logística (variável dependente binária) o segundo modelo capta a magnitude da quantia de perda por imparidade reconhecida, através de uma de regressão linear múltipla.

Regressão logística:

$$\begin{aligned} IMP\ DUM_{it} = & \beta_0 + \beta_1 CRISE_t + \beta_2 PIB_t + \beta_3 INF_t + \beta_4 DIM_{it} + \beta_5 ENDIV_{it} \\ & + \beta_6 AUDITOR_{it} + \beta_7 COTAÇÃO_{it} + \beta_8 SECT_i + u_{it} \end{aligned} \quad (1)$$

Regressão linear múltipla:

$$\begin{aligned} RACIOIMP_{it} = & \beta_0 + \beta_1 CRISE_t + \beta_2 PIB_t + \beta_3 INF_t + \beta_4 DIM_{it} + \beta_5 ENDIV_{it} \\ & + \beta_6 AUDITOR_{it} + \beta_7 COTAÇÃO_{it} + \beta_8 SECT_i + \beta_9 RAI_{it} + u_{it} \end{aligned} \quad (2)$$

As variáveis dependentes utilizadas na regressão logística e linear são as seguintes:

IMP DUM: representa a decisão dos gestores de reconhecer ou não uma perda por imparidade. É uma variável *dummy* que assume o valor de 1 quando a empresa reconhece uma perda por imparidade e 0 caso contrário.

RACIO IMP: rácio de imparidade total; calculado a partir do total de imparidade reconhecida em todas as categorias de ativos financeiros, dividido pelo valor corrente do total de ativos financeiros.

CRISE: variável *dummy* que assume o valor igual a 1 (um) se a observação da empresa *i* no ano *t* pertence ao período da crise e 0 (zero) caso contrário. Neste estudo é considerado “período de crise financeira” os anos de 2010 e 2013.



Espera – se uma associação negativa entre o coeficiente da variável *CRISE* e o reconhecimento das perdas por imparidade de ativos financeiros, assim como Kousenidis et al. (2013) afirmam que durante a crise financeira investidores e outros participantes do mercado estão mais preocupados com os ganhos, que provavelmente são mais voláteis, exibindo um padrão decrescente e provavelmente incorporam grandes perdas. Em contrapartida, os gestores adotarão políticas contabilistas cujo propósito será de apresentar um desempenho que vai ao encontro as expectativas dos investidores e outros participantes do mercado (Huizinga & Laeven, 2012). Neste sentido espera – se que gestores evitem reconhecer perdas por imparidade de ativos financeiros.

*PIB*: crescimento real do PIB durante o ano; durante as crises financeiras é comum a contração do PIB de um país, faz com que se reduza a perspectiva de crescimento, a rentabilidade, os valores dos ativos, de modo que as empresas apresentam mais riscos, é expectável que haja uma associação positiva desta variável com o reconhecimento das perdas por imparidade de ativos financeiros.

*INFLAÇÃO (INF)*: crescimento da inflação (Taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor) durante o ano; esta variável tal como o PIB permite captar os efeitos macroeconómicos de cada ano que tem impacto no reconhecimento de perdas por imparidade de ativos financeiros.

*DIMENSÃO (DIM)*: calculada a partir do logaritmo natural dos ativos totais; quanto maior é a empresa, maior é o número de analistas financeiros e outras partes interessadas em seus resultados, exercendo fortes pressões para as empresas para divulgarem mais informações (Schipper, 1991). Empresas de maior dimensão e internacionalmente diversificadas tendem a divulgar mais informações do que pequenas empresas e puramente domésticas (Raffournier, 1995). Há três principais fatores que tornam a variável *DIMENSÃO* como significativa na divulgação de informação (Devalle, et al., 2016). O

primeiro fator é os recursos. As maiores empresas têm maiores recursos para investir em sistemas de informação, a fim de coletar e apresentar uma ampla gama de informações permitindo melhoria tanto na divulgação interna como na externa. O segundo fator é o interesse público. As maiores empresas, como as empresas cotadas em vários mercados de capitais, são geralmente objeto de maior interesse público e envolvem várias partes interessadas como analistas financeiros, conseqüentemente, essas empresas devem fornecer mais informação (Lang & Lundholm, 1996). O último fator são as bolsas de valores que exigem informações detalhadas sobre a situação financeira e económica dos grupos. Portanto grandes empresas cotadas fornecem informações mais detalhadas sobre investimentos do que empresas de pequena dimensão, a fim de reduzir assimetria de informação entre investidores e gestores (Jensen e Mackling, 1976; Arvidsson, 2003). Neste contexto, espera – se que as maiores empresas divulguem mais informações ao mercado de capitais e reconheçam mais perdas por imparidade de ativos financeiros em relação as de menor dimensão.

ENDIV: Endividamento é o rácio entre passivo total e o total dos ativos; esta variável medir o nível de endividamento da empresa. Alguns estudos evidenciam que a associação entre endividamento e o reconhecimento de perdas por imparidade de ativos pode ser negativa ou positiva. Isto é, por um lado conforme a não violação dos acordos de contratuais da dívida constitui incentivos para os gestores atrasarem ou não reconhecerem perdas por imparidade para aumentar os resultados. Neste cenário espera – se que as empresas altamente endividadas tenham menos probabilidades de reconhecer perdas por imparidade para evitarem violação dispendiosas dos contratos de dívida (Beatty e Weber, 2006; Lapointe – Antunes et al. 2008; Zang, 2008). Em contraste, um nível de endividamento altamente excessivo leva os credores a efetuarem de forma regular e constante maior escrutínio sobre a saúde económica e financeira da empresa, como uma forma de salva

guardar seus interesses, esforçando a gestão a apresentar resultado real ao da atividade desenvolvida ao longo do período económico, evitando o uso de imparidade como instrumento de gestão de resultados (Strong & Maeyer, 1987; Elliott & Shaw, 1988), podendo conduzir assim a um reconhecimento de perdas por imparidade de ativos. Desta forma será expetável que o coeficiente da variável ENDIV assumira valor positivo ou negativo.

AUDITOR: variável *dummy* que assume o valor de 1 quando a empresa *i* é auditada por uma Big Four e 0 caso contrário. Palmrose (1988), Reynolds & Francis (2000) e Lim et al., (2013) argumentam que as empresas de auditorias *Big Five* (atualmente *Big Four*) comportam – se de forma a emitir relatórios conservadores como estratégia de proteção da sua reputação contra futuros riscos de litígios que seus clientes possam instaura – las, levando – os a realizar maior escrutínio no processo de relato financeiro e exigindo que estes aplicam de forma consistente e eficiente as Normas contabilísticas evitando maior discricionariedade por parte dos gestores. Por outra, Guthrie e Pang (2013) encontram evidência de falta de conformidade das empresas australianas para atribuir o *goodwill* às Unidades Geradoras de Caixa implicando que uma percentagem do património líquido do *goodwill* em cada período não foi testada quanto a perda por imparidade. Diante deste facto verificou – se que a falta de foco dos auditores australianos para os testes de imparidade contribuiu para a falta de conformidade. Diante desta contradição espera – se que seja positivo/negativo do coeficiente desta variável.

COTAÇÃO: variável *dummy* assume valor igual a 1 quando a empresa *i* é cotada em mais de um mercado de capitais e 0 caso contrário; empresas cotadas em diversos mercados internacionais devido a sua maior necessidade de financiamento externo revelam maior índice de divulgação (Robb, et al., 2001).

SETOR DE ATIVIDADE: variável *dummy*, variável que assumo os valores (1 – setor dos bens ao consumidor; 2 – setor da construção; 3 – setor do gás e petróleo; 4 – setor da indústria; 5 – setor dos materiais básicos; setor dos serviços ao consumidor e 7 – setor das tecnologias), Gibbins et al. (1990) observou que as diferenças nas divulgações nos relatórios anuais das indústrias devem – se as diferenças nas normas de divulgação das indústrias.

RAI ajustado à imparidade: é o resultado antes de imposto de cada período económico ajustado pelas perdas e reversões por imparidade sobre o ativo total. Note que esta variável só é incluída no segundo modelo conforme estudo de Yammine & Olivier, (2014).

#### 4.4 Índice de Divulgação

Os índices de divulgação são extensas listas de itens selecionados, que podem ser divulgados em relatórios da empresa (Marston, 1991). O cálculo do índice de divulgação para uma determinada empresa pode fornecer uma medida da extensão da divulgação mais não necessariamente a qualidade da divulgação (Marston, 1991).

A metodologia do índice de divulgação consiste no cálculo do número de itens relacionados com a informação que um determinado relatório contém, com base numa lista predefinida dos possíveis itens a serem divulgados. Por outra, não há diretrizes teóricas amplamente aceites para selecionar os itens, pelo que o uso bem sucedido desta metodologia depende da seleção crítica e cautelosa de itens (Marston, 1991). O número de itens incluídos no índice varia em função dos objetivos do pesquisador. Para determinar a extensão da divulgação utilizar – se a seguinte expressão:

$$ID_{it} = \left( \sum_{i=1}^m d_i / M \right) \times 100\%, \quad (3)$$

$$ID_{it} = \beta_0 + \beta_1 CRISE_t + \beta_2 PIB_t + \beta_3 INF_t + \beta_4 DIM_{it} + \beta_5 ENDIV_{it} + \beta_6 AUDITOR_{it} + \beta_7 COTAÇÃO_{it} + \beta_8 SECT_i + \beta_9 RAI_{it} + Ln(IMP.(GASTO))_{it} + Ln(IMP.ACUM)_{it} + u_{it} \quad (3.1)$$

onde:

$ID_{it}$  - corresponde com o índice de divulgação da empresa  $i$  no ano  $t$ ;

$d_i$  expressa o item divulgado sobre perdas por imparidade de ativos financeiros da empresa  $i$  é uma variável *dummy*, que assume o valor 1 se o item é divulgado, e o valor 0, se o item não é divulgado;  $M$  expressa a quantidade máxima de informações contidas na lista de itens a serem divulgados.

O  $ID$  é um índice não ponderado, ou seja, assume – se que todos os itens considerados têm o mesmo nível de importância para os diversos utilizadores das demonstrações financeiras (Carlin et al. 2007; García – Meca et al. 2005). A utilização de fatores de ponderação implicaria um estudo prévio da importância atribuída, pelos diversos utilizadores da informação a cada um dos itens considerados e mesmo assim, os resultados estariam sempre enviesados por fatores subjetivos (Lemos, et al., 2009). Segundo Ferreira (2010) “... a aplicação de logaritmos permite reduzir a variação de uma variável, limitando o efeito dos *outliers*” tornando mais robusta a utilização desta variável

## 5. ANÁLISE DE RESULTADOS

### 5.1 Estatística Descritiva

No anexo 5 encontra – se disponíveis os dados referentes a estatística descritiva do período de crise (2010 a 2013) e período de não crise (2006 a 2009, 2014 e 2015). Constatou – se que em termos médios as decisões de reconhecimento de perdas por imparidade de ativos financeiros no período de crise foram superiores (0,971) em relação ao período de não crise (0,882). Por outro lado, verificou – se também que, em termos médios, o valor das perdas por imparidade de ativos financeiros reconhecidos pelas empresas cotadas em Portugal em período de não crise (11.113,00 milhares de euros) foi superior em

relação ao montante das perdas por imparidade reconhecidas em período de crise (9.775,00 milhares de euros) tendo um desvio – padrão no período de não crise (38.340,00 milhares de euros) superior em relação ao período de crise (22.673,00 milhares de euros). A mesma tendência verificou – se com o reconhecimento das reversões por imparidade de ativos financeiros, cujo montante reconhecido em período de não crise (38.636,00 milhares de euros) é superior ao período de crise (36.331,00 milhares de euros) apresentando um desvio – padrão em torno da média de 104.415,00 milhares de euros (período de não crise) e 83.773,00 milhares de euros (período de crise).

Constata – se que o setor dos serviços ao consumidor é o que mais reconheceu perdas por imparidade de ativos financeiros em todas as categorias de ativos financeiros em contraste com o setor das tecnologias, sendo o que menos reconheceu perdas por imparidade de ativos financeiros em todas as categorias de ativos financeiros ao longo de todo o período em análise, conforme informação disponibilizada nos anexos 2 e 3. Por outro lado, fazendo uma análise temporal observou – se que o período económico de 2008 foi o que mais reconheceu – se perdas por imparidade de ativos financeiros (609.956,00 milhares de euros) em contraste ao período económico de 2013, sendo o que menos se reconheceu perdas por imparidade de ativos financeiros (231.583,00 milhares de euros). Ao nível das empresas, os montantes reconhecidos pela EDP – Energia de Portugal, representam mais de 90% das perdas por imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda em todos os períodos económicos. Quanto às perdas por imparidade da rubrica clientes, constatou – se que a empresa de telecomunicação PHAROL lidera a ranking em termos dos montantes reconhecidos seguida pela EDP – Energia de Portugal, em termos médios os montantes reconhecidos por essas duas empresas representam 66,28% de todos os montantes reconhecidos ao longo de todo o período de análise. Em contraste, verificou – se que a

Imobiliária Const. Grão-Pará é a que menos reconhece perdas por imparidade de ativos financeiros.

Quanto ao índice de divulgação, constatou – se que, em termos médios, as divulgações efetuadas pelas empresas cotadas no mercado de capitais português foram superiores no período de crise (70,32%) em relação ao período de não crise (65,40%), apresentado um desvio – padrão na ordem de 13,67% (período de crise) e 16,09% (período de não crise) em termos médios. Por outro lado, verifica – se que a magnitude das perdas por imparidade dos ativos financeiros face aos ativos financeiros líquidos de imparidade representa valores ínfimos comparados com os valores totais destes, no entanto verificou – se uma magnitude superior em termos médios em período de crise (3,30%) face ao período de não crise (2,95%). O período de crise foi vivenciado pela presença de contrações económicas apresentando um PIB em termos médios inferior (-1,27%) em relação ao período de não crise (0,62%) e acompanhados por uma inflação superior no período de crise (2,05%) em relação ao período de não crise (1,27%). Verifica – se que não houve diferenças significativas em termos médios da dimensão das empresas nos períodos de crise e não crise. Quanto ao endividamento constatou – se que as empresas estiveram, em média, mais endividadas no período de crise (80,70%) do que no período de não crise (74,84%) representando uma forte pressão a gestão face ao cumprimento das obrigações assumidas na contratação da dívida, apresentando um desvio – padrão em torno da média de 76,56% (período de crise) e 22,18% (período de não crise).

Quanto ao RAI ajustado das perdas e reversões por imparidade de ativos financeiros verificou – se que, em termos médios, é superior em período de crise (2,94%) em relação ao período de não crise (0,73%). Constatou – se ainda que o Logaritmo neperiano das perdas por imparidade reconhecida em período de crise é superior (13,82) em relação ao período de

não crise (12,73) e este facto verifica – se de igual modo no logaritmo neperiano das perdas por imparidade acumuladas.

## **5.2 Análise de Correlações Entre as Variáveis**

Em geral verificou – se uma fraca correlação entre as variáveis e estatisticamente insignificante conforme apresentada no anexo 4. Verifica – se uma correlação forte e positiva entre os montantes das perdas por imparidade reconhecidos, a dimensão das empresas e o tipo de auditor, o que sugere que empresas de maior dimensão reconhecem altos montantes de perdas por imparidade em contraste com empresas de menor dimensão e auditada por uma empresa de auditoria não *Big four*. Também observou – se correlações moderadas e positivas entre o índice de divulgação e o tipo de auditor e outra negativa entre o índice de divulgação e facto de uma determinada empresa estar cotada em um ou em vários mercados de capitais. Esta última, contraria as evidências encontradas que empresas cotadas em mais de um mercado de capital são mais propensas em divulgarem mais informações (Cooke 1992; Inchausti 1997).

## **5.3 Comparação das Médias das Amostras Emparelhadas**

Para avaliar se efetivamente a crise financeira internacional teve um impacto significativo sobre as decisões dos gestores, a magnitude do reconhecimento e a divulgação de perdas por imparidade de ativos financeiros por parte das empresas cotadas em Portugal que constituem a nossa amostra, recorreu – se ao teste  $t$  – *Student* para amostras emparelhadas com objetivo de testar a hipótese nula sobre igualdade das médias das variáveis dependentes. O pressuposto da normalidade foi avaliado com o teste de



Kolmogorov – Smirnov<sup>4</sup> para os dois momentos. Todas as análises foram efetuadas com o *Software SPSS Statistics* (v.24; IBM SPSS, Chicago, IL). Considerando – se estatisticamente significativas as diferenças entre médias cujo *p – value* do teste foi inferior ou igual a 0,05. Nos anexos 6 e 7 encontram – se os dados da estatística e do teste *t – Student* das amostras emparelhadas.

Observou – se que, em termos médios, houve um efeito estatisticamente significativo da crise financeira internacional sobre as divulgações de imparidade de ativos financeiros. Durante o período de crise, em média, as empresas cotadas em Portugal aumentaram suas divulgações em 4,17% (com um *p – value* igual 0,031) em comparação com o período de não crise. Por outro lado, observou – se que a crise financeira não influenciou de forma estatisticamente significativa as decisões dos gestores em reconhecerem as perdas por imparidade em período de crise financeira e, muito menos, a magnitude destas sobre os ativos financeiros. O aumento das decisões de reconhecimento em 0,02439 (com um *p – value* de 0,48287) e a diminuição da magnitude das perdas por imparidade em – 0,075% (com *p – value* de 0,92) reconhecida em período de crise, não foram consideradas como resultante dos efeitos da crise financeira internacional sobre as empresas cotadas em Portugal no período de crise, por não serem, estatisticamente significantes em comparação com o período de não crise.

#### 5.4 Análise de Resultados

Após correr as regressões propostas para testar as hipóteses levantadas obtivemos os seguintes resultados:

---

<sup>4</sup> Considerou – se o teste de Kolmogorov – Smirnov porque a literatura da especialidade aconselha que este teste é particularmente apropriado para amostras com mais de 50 observações, em comparação com o teste de Shapiro - Wlik (Marôco, J., 2014).

Tabela 2 - Resultados dos modelos de regressão

	IMP DUM		RACIO IMP		IND DIV	
$R^2$			0,12593		0,37792	
$R^2_{Ajustado}$			0,08793		0,34682	
Obs.	340		336		336	
F – Statistics			3,314		12,150	
-2Log da Verossimilhança	125,204					
R quadrado Cox & Snell	0,132					
R quadrado Nagelkerke	0,331					
p - value	5,811E-012		0,000056		7,768E-25	
	Coefic.	p - value	Coefic.	p - value	Coefic.	p - value
(Constante)	-3,363	0,372	15,615	0,000	30,516	0,003
CRISE	0,978	0,150	0,268	0,679	4,917	0,002
PIB	-0,188	0,239	-0,059	0,685	-0,236	0,511
INF	-0,173	0,354	0,077	0,689	-1,859	0,000
DIM	0,237	0,206	-0,630	0,002	0,185	0,736
ENDIV.	0,017	0,181	0,013	0,018	-0,006	0,664
AUDITOR	1,707	0,009	-2,363	0,011	10,389	0,000
STATO DE COTAÇÃO	0,978	0,183	2,186	0,221	-31,927	0,000
DUM SETOR DE AT.6			-1,685	0,192	17,088	0,000
DUM SETOR DE AT.7			2,033	0,293	-5,620	0,240
DUM SETOR DE AT.8			0,773	0,488	12,851	0,000
DUM SETOR DE AT.9			0,763	0,537	11,116	0,000
DUM SETOR DE AT.10			2,932	0,007	13,009	0,000
DUM SETOR DE AT.11			-1,744	0,176	20,325	0,000
RAI Ajust. Perd e Rev. Imp			0,004	0,804	-0,088	0,049
Ln (Imp. Rec.)					0,389	0,088
Ln (Imp. Acum.)					0,636	0,047
SETOR DE ATIV.		0,145				
SETOR DE ATIV. (1)	-0,300	0,383				
SETOR DE ATIV. (2)	-0,346	0,999				
SETOR DE ATIV. (3)	0,041	0,456				
SETOR DE ATIV. (4)	-0,064	0,998				
SETOR DE ATIV. (5)	-0,142	0,090				
SETOR DE ATIV. (6)	-0,178	0,416				

Os modelos 1), 2) e 3.1) apresentam um  $p$  – value inferior a 0,05, sugerindo – nos que existe pelo menos um coeficiente de uma das variáveis independentes que é estatisticamente significativo diferente de zero, neste sentido rejeita – se a hipótese da insignificância ou incapacidade dos modelos predizerem os fatores que influenciam as empresas a tomarem

decisões sobre o reconhecimento de perdas por imparidade de ativos financeiros, bem como, descrever os fatores que estão na origem da variabilidade da magnitude e divulgações das perdas por imparidade de ativos financeiros.

Quanto a qualidade de ajustamentos, os modelos 2) e 3.1) apresentam um R quadrado ajustados de 8,8% e 34,70% respetivamente da sensibilidade da variabilidade da variável dependente face uma unidade de variação das variáveis independentes, considera – se que o modelo 2) estabelece uma relação fraca de variabilidade entre a variável dependente e as independentes e o segundo uma relação moderada. Por outro lado, este facto indica – nos que existem outras variáveis não incluídas nos modelos que poderiam descrever melhor os fatores ou características das empresas que influenciam no comportamento das variáveis dependentes.

Quanto à qualidade e significância dos coeficientes das variáveis independentes dos modelos, constatou – se que, o modelo 1) apresenta a variável AUDITOR como sendo a única cujo seu coeficiente é estatisticamente significativo diferente de zero e positivo, como previsto: era expectável que as empresas auditadas por uma firma de auditoria *Big four* tomam decisões de reconhecerem perdas por imparidade devido ao escrutínio que os auditores fazem sobre o processo de relato financeiro, exigindo a aplicação de forma consistente e eficiente das Normas de relato financeiro como forma de evitar futuros litígios com os seus clientes, bem como salvaguardar sua reputação, e por outra não descurando da sua capacidade de recursos humanos especializado (Reynolds & Francis, 2000). Adicionalmente, as empresas auditadas por uma firma de auditoria não *Big four* ``podem`` ser menos propensas em decidirem reconhecerem perdas por imparidade de ativos financeiros.

Nos três modelos a variável crise financeira apresenta sinal positivo como sendo uma das variáveis que melhor traduzia a necessidade de mais reconhecimento de perdas por

imparidade de ativos financeiros e consequentemente o aumento da sua magnitude face aos ativos financeiros líquidos de imparidade, apesar de não ser estatisticamente significativa nos modelos 1) e 2), significando que os efeitos da crise financeira internacional sobre a economia portuguesa não teve impacto sobre as decisões de reconhecimento de perdas por imparidade de ativos financeiros e sobre a magnitude destas por parte das empresas cotadas em Portugal. Sugerindo que gestores das empresas cotadas em Portugal fazem o uso da imparidade como instrumento para gerir seus resultados em período de crise financeira para apresentarem bons resultados, transmitindo assim a imagem que não foram muito afetados pela crise. Estes resultados vão ao encontro dos resultados encontrados por Carvalho et al, (2013), Yammine & Olivier, (2014), Pereira, (2016), e que sugerem que gestores fazem o uso da imparidade como instrumento de sua política de gestão de resultados de forma que, os resultados obtidos em período de crise não sejam afetados pelos montantes das perdas por imparidade. Por outro lado, o resultado também corresponde com os resultados de Jaggi e Lee (2002) que documentam que, as situações decorrentes de uma crise podem influenciar significativamente o comportamento dos gestores referente a tomada de decisões na seleção de políticas contabilísticas que aumentam ou reduzem seus resultados.

Concluimos que é validada a primeira hipótese levantada que as empresas cotadas em Portugal reconheceram mais perdas por imparidade de ativos financeiros no período de não crise do que no período de crise. No entanto, verificou-se que as empresas cotadas em mais de um mercado de capital e mais endividadas divulgam menos informações sobre perdas por imparidade de ativos financeiros, este resultado opõe-se aos resultados obtidos em diversos estudos como os de Strong & Maeyer, (1987) e Elliott & Shaw, (1988) sobre o nível de endividamento, e de Robb et al. (2001) sobre a cotação das empresas em mais de um mercado de capital, embora fosse expectável que empresas que possuem pelo menos um dos dois ou os dois atributos em simultâneo divulgassem mais informações sobre

as perdas por imparidade de ativos financeiros em período de crise. Por outro lado, foi confirmada a expectativa em torno da dimensão e o tipo de auditor, estes tiveram impacto sobre as decisões de reconhecimento e divulgação das perdas por imparidade de ativos financeiros em período de crise, a influência do primeiro atributo sobre a quantidade de itens a divulgar de perdas por imparidade de ativos financeiros deve – se pela capacidade financeira, humanas e tecnológica em contribuir para o aumento da eficácia da divulgação em termos de reporte financeiro e não financeira, a segunda deve – se pelo fato de serem mais escrutinadas por analistas financeiros, investidores, Estados e público em geral faz – lhes divulgar mais informação em relação as empresas de menor dimensão e por outra, auditada por uma não *Big four*. Quanto ao efeito da dimensão e do tipo de auditor, estas variáveis não tiveram grande impacto na magnitude das perdas por imparidade.

A segunda hipótese de estudo foi rejeitada, porque os efeitos crise financeira internacional foram estatisticamente significativos para impactarem as divulgações sobre imparidade de ativos financeiros em período de crise. Este efeito foi também captado pelo teste *t – Student* da diferença das médias das amostras emparelhadas desta variável dependente.

## **6. CONCLUSÕES E PISTA PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS**

As crises financeiras sempre tiveram um impacto nefasto sobre todas as instituições da sociedade. Relata – se que a crise financeira de 2008 que teve origem nos Estados Unidos da América foi a maior após a grande depressão de 1929.

A partir do início de 2010, em Portugal, a crise financeira internacional intensificou – se de forma tão acentuada e severa num quadro de elevado nível de endividamento externo,

baixo crescimento tendencial conjugado com níveis de défice e da dívida pública relativamente alta (BP, 2010). Onde houve a necessidade imperiosa de um pedido de assistência financeira internacional á União Europeia e a o Fundo Monetário Internacional.

Foi no contexto da crise financeira que decidimos analisar o efeito desta sobre as decisões dos gestores das empresas cotadas em Portugal em termos de reconhecimento e divulgação das perdas por imparidade, exclusivamente de ativos financeiros. Concluí – se que os efeitos acentuados e severos da crise financeira internacional sobre a economia portuguesa não impactaram ou influenciaram na tomada de decisão por parte dos gestores das empresas cotadas em Portugal sobre o reconhecimento das perdas por imparidade de ativos financeiros, bem como, a magnitude desta sobre o total de ativos financeiros líquidos de imparidade, demonstrando que os gestores fazem o uso da imparidade como instrumento de gestão de resultados. Quanto à divulgação de imparidade de ativos financeiros conclui – se que o aumento desta é resultante dos efeitos da crise financeira por ser estatisticamente significativa em comparação com o período de não crise.

Apesar de observar – se um aumento nas divulgações sobre perdas por imparidade de ativos financeiros, constatou – se que estas não apresentaram melhorias significativas ao longo de todo o período de análise. As divulgações qualitativas ou descritivas foram as mesmas e um número considerado de empresas da amostra não apresentaram com as correspondentes divulgações quantitativas nos anexos às demonstrações financeiras, facto que pode comprometer a compreensibilidade dos utilizadores das demonstrações financeiras. As empresas não divulgam, no caso dos ativos financeiros disponíveis para venda, o limiar quantitativo ou temporal nem o julgamento sobre o qual elas consideram de declínio significativo do justo valor desta categoria de ativos financeiros, nem os efeitos adversos no meio económico, tecnológico e legal dos emitentes dos instrumentos de capital próprio, quando reconhecem uma perda por imparidade nesta categoria de ativos

financeiros. Verificou – se a existência do uso excessivo de expressões contidas nas Normas, sendo que, o cumprimento é feito através de simples formulações da redação contida nas normas, mesmos em pleno período de crise as empresas não divulgam as alterações usadas nos pressupostos para a determinação das estimativas das perdas por imparidade de ativos financeiros.

Uma das pistas para futuras investigações será, em primeiro lugar, a inclusão de mais variáveis que possivelmente melhor descrevam o comportamento dos gestores e das empresas face a crises financeiras, bem como, a alteração do período considerado de crise (2010 a 2013). Outra possível pista de investigação futura é a realização do presente estudo nas empresas não cotadas.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AbuGhazaleh, N. M., Al-Hares, O. M. A.-H. e. C. R. M. & Roberts, C., 2011. Accounting Discretion in Goodwill Impairments: UK Evidence. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 22(3), pp. 165-204.

Adhikari, A. & Tondkar, R. H., 1992. Environmental Factors Influencing Accounting Disclosure Requirements of Global Stock. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 4(2), pp. 75-106.

Akerlof, G. A., 1970. The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, Volume 84, pp. 488-500.

Amiraslani, H., Latridis, G. E. & Pope, P. F., 2013. Accounting for asset impairment: a test for IFRS compliance across Europe. Centre for Financial Analysis and Reporting Research, Cass Business School, City University London, pp. 1-66.

Arvidsson, S., 2003. Demand and Supply of Information on Intangibles: The Case of Knowledge-Intense Companies, Lund, Suécia: Lund University.

Barth, E. M. & Landsman, W. R., 2010. How did Financial Reporting Contribute to the Financial Crisis?. *European Accounting Review*, pp. 399-423.

BCE, 2009. Relatório Anual 2008, Frankfurt, Alemanha: s.n.

BCE, 2010. Relatório Anual 2009, Frankfurt, Alemanha: s.n.

Beatty, A. & Weber, J., 2006. Accounting Discretion in Fair Value Estimates: An Examination of SFAS142 Goodwill Impairments. *Journal of Accounting Research*.

Bens, D. A., Heltzer, W. & Segal, B., 2011. The Information Content of Goodwill Impairments and SFAS 142. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 26(3), pp. 527-555.

Biddle, G. C. & Hilary, G., 2006. Accounting Quality and Firm-Level Capital Investment. *The Accounting Review*, 81(5), p. 963-982.



Nicolau L. V. Fio                      Divulgação sobre imparidade de ativos financeiros por parte das empresas cotadas em Portugal

Bloomfield, R. J. & Wilks, T. J., 2000. Disclosure Effects in the Laboratory: Liquidity, Depth, and the Cost of Capital. *The Accounting Review*, Volume 75, pp. 13-41.

Borio, C. & Lowe, P., 2001. To provision or not to provision. *Bank of International Settlements Quarterly Review*, pp. 36-48.

Botosan, C. A., 2000. Evidence That Greater Disclosure Lowers The Cost Of Equity Capital. *Journal of Applied Corporate Finance*, 12(4), p. 60–69 .

BP, 2009. Relatório do Conselho de Administração, Relatório e Contas 2008, Lisboa, Portugal: s.n.

BP, 2010. Relatório do Conselho de Administração, Relatório e Contas 2009, Lisboa: s.n.

BP, 2011. Relatório do Conselho de Administração, Relatório e Contas 2010, Lisboa: s.n.

Bushman, R. M. & Piotroski, J. D., 2006. Financial reporting incentives for conservative accounting: The influence of legal and political institutions. *Journal of Accounting and Economics*, Volume 42, p. 107–148.

Byard, D., Hossain, M. & Mitra, S., 2007. US oil companies' earnings management in response to hurricanes Katrina and Rita. *Journal of Accounting and Public Policy*, 26(6), pp. 733-748.

Carlin , T. & Finch , N., 2009. Discount Rates in Disarray: Evidence on Flawed Goodwill Impairment Testing. *Australian Accounting Review*, 51(4), pp. 326-336.

Carlin, T. M., Finch, N. & Ford, G., 2007. Goodwill Impairment - An Assessment of Disclosure Quality and Compliance Levels By Large Listed Australian Firms. MGSM.

Carneiro, J. M., 2015. Mensuração e análise da extensão e divulgação das imparidades nas empresas do índice PSI geral, Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

Carvalho, C., Rodrigues, A. M. & Ferreira, C., 2013. A Relevância das Perdas por Imparidade do Goodwill nos Oito anos de Aplicação das IAS/IFRS em Portugal. Lisbon, OCC, pp. 1-21.

Cooke, T. E., 1992. The Impact of Size, Stock Market Listing and Industry Type on Disclosure in the Annual Reports of Japanese Listed Corporations. *Accounting and Business Research*, 22(87), pp. 229-237.

Cunha, C. A. d. S., Correia, A. & Oliveira, P., 2010. Justo valor ou imparidade em contexto de crise?. *Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas*, N.º 129, pp. 28-37.

Daske, H., 2006. Economic Benefits Of Adopting IFRS Or US-GAAP - Have The Expected Costs Of Equity Capital Really Decreased?. *Journal of Business Finance & Accounting*, 33(3-4), pp. 329-373.

Daske, H., Hail, L., Leuz, C. & Verdi, R., 2013. Adopting a Label: Heterogeneity in the Economic Consequences around IAS/IFRS Adoptions. *Journal of Accounting Research*, 51(3), p. 495–547.

Devalle, A., Rizzato, F. & Busso, D., 2016. Disclosure indexes and compliance with mandatory disclosure—The case of intangible assets in the Italian market. *Advances in Accounting*, Volume 35, pp. 8-25.

Duh, R. R., Lee, W. C. & Lee, C. C., 2009. Reversing an impairment loss and earnings management: The role of corporate governance. *The International Journal of Accounting*, Volume 44, pp. 113-137.

Editora, P., 2009. *Dicionário de inglês - Português*. Porto: Porto Editora.

Elliott, J. A. & Shaw, W. H., 1988. Write-Offs As Accounting Procedures to Manage Perceptions. *Journal of Accounting Research*, Volume 26, pp. 91-119.

ESMA, 2012. Review of Greek Government Bonds accounting practices in the IFRS Financial Statements for the year ended 31 December 2011, Paris/França: s.n.

Europeia, U., 2002. Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002 relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, pp. 1-4.

Fernandes, J. S., Gonçalves, C., Guerreiro, C. & Pereira, L. N., 2016. Perdas por imparidade: fatores explicativos e impactos. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 18(60), pp. 305-318.

Ferreira, P. J. S., 2010. *Princípios de Econometria*. Bubok Publishing S.L. ed. s.l.:s.n.

FMI, 2009. *World Economic Outlook*, October 2009, Washington, D.C. : s.n.

García-meca, E., Parra, I., Larrán, M. & Martínez, I., 2005. The explanatory factors of intellectual capital disclosure to financial analysts. *European Accounting Review*, 14(1), pp. 63-94.

Gibbins, M., Richardson, A. & Waterhouse, J., 1990. The Management of Corporate Financial Disclosure: Opportunism, Ritualism, Policies, and Processes. *Journal of Accounting Research*, 28(1), pp. 121-143.

Gonçalves, S. F., 2014. *As Determinantes da Qualidade da Informação Financeira Via Imparidade de Ativos*, Porto: ISCAP.

Guthrie, J. & Pang, T. T., 2013. Disclosure of Goodwill Impairment under AASB 136 from 2005–2010. *Australian Accounting Review*, 23(3), pp. 216-231.

Haniffa, R. M. & Cooke, T. E., 2005. The impact of culture and governance on corporate social reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, Volume 24, p. 391–430.

Hassan, O. A. & Marston, C., 2011. Disclosure Measurement in the Empirical Accounting Literature - A Review Article. Brunel University West London, pp. 1-58.

Hayn, C. & Hugh, P. J., 2006. Leading Indicators of Goodwill Impairment. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 21(2), pp. 223-265.

Healy, P. M. & Palepu, K. G., 2001. A review of the empirical disclosure literature: Discussion. *Journal of Accounting and Economics*, Volume 31, pp. 441-456.

Hsieh, W. -. T. & Wu, T. C., 2006. Determinants and Market Reaction of Assets Impairment in Taiwan. *Taiwan Accounting Review*, Volume 6, pp. 59-95.

Huizinga, H. & Laeven, L., 2009. Accounting discretion of banks during a financial crisis. *CentER Discussion Paper*. Tilburg University, Volume 58, pp. 1-57.

Huizinga, H. & Laeven, L., 2012. Bank valuation and accounting discretion during a financial crisis. *Journal of Financial Economics*, 106(3), pp. 614-634.

Inchausti , B. G., 1997. The influence of company characteristics and accounting regulation on information disclosed by Spanish firms. *European Accounting Review*, 6(1), p. 45–68.

Jaggi, B. & Lee, P., 2002 . Earnings Management Response to Debt Covenant Violations and Debt Restructuring. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 17(4), pp. 265-324.

Jeanjean, T. & Stolowy, H., 2008. Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. *Journal of Accounting and Public Policy*, Volume 27, pp. 480-494.

Jensen, M. C. & Meckling, W. H., 1976. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), pp. 305-360.

Kothari, S. . P., 2000. The Role Of Financial Reporting In Reducing Financial Risks In The Market. *Conference Series - Federal Reserve Bank Of Boston*, Volume 4, pp. 89-102.

Kotz, D. M., 2009. The Financial and Economic Crisis of 2008: A Systemic Crisis of Neoliberal Capitalism. *Review of Radical Political Economics*, Volume 41, pp. 305-317.

Kousenidis, D. V., Ladas, A. C. & Negakis, C. I., 2013. The effects of the European debt crisis on earnings quality. *International Review of Financial Analysis*, Volume 30, pp. 351-362.

KPMG, 2009. *Banking Survey Report 2008*, s.l.: s.n.

La Porta, R., Lopez - de - Silanes, F., Shleifer, A. & Vishny, R., 2000. Investor protection and corporate governance. *Journal of Financial Economics*, 58(1-2), pp. 3-27.

Lang, M. H. & Lundholm, R. J., 1996. Corporate Disclosure Policy and Analyst Behavior. *The Accounting Review*, 71(4), pp. 467-492.

Lapointe- Antunes, P., Cormierl, D. & Magnan, M., 2009. Value relevance and timeliness of transitional goodwill Impairment losses: Evidence from Canada. *The International Journal of Accounting*, Volume 44, pp. 56-78.

Lapointe-Antunes, P., Cormier, D. & Magnan, M., 2008. Equity Recognition of Mandatory Accounting Changes: The Case of Transitional Goodwill Impairment Losses. *Canadian Journal of Administrative Sciences/Revue canadienne des sciences de l'administration*, Volume 25, p. 37-54.

Lemos, K. M., Rodrigues, L. L. & Ariza, L. R., 2009. Determinantes do nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados. Evidência empírica no mercado de capitais português. *Polytechnical Studies Review*, VII(12), pp. 145-175.

Leuz, C., 2010. Different approaches to corporate reporting. *Accounting and Business Research regulation: how jurisdictions differ and why*, 40(3), p. 229-256.

Leuz, C. & Verrecchia, R. E., 2000. The Economic Consequences of Increased Disclosure. *Journal of Accounting Research*, Volume 38, pp. 91-124.

Lhaopadchan, S., 2010. Fair value accounting and intangible assets: Goodwill impairment and managerial choice. *Journal of Financial Regulation and Compliance*, 18 (2), pp. 120-130.

Lim , C. Y., Ding, D. K. & Charoenwong, C., 2013. Non - audit fees, institutional monitoring, and audit quality. *Review of Quantitative Finance & Accounting*, Volume 41, p. 343–384 .

Li, Z., Shroff, P. K. & Ramgopal, R., 2011. Causes and consequences of goodwill impairment losses. *Review of Accounting Studies*, Volume 16, pp. 745-778.

Marôco, J., 2014. *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. 6 ed. Lisboa: Wook.

Marston, C. L., 1991. The use of disclosure indices in accounting research: A review article. *The British Accounting Review*, 23(3), pp. 195-210.

Mingli, L., 2010. Sovereign Debt The Implications for China of the Financial Crisis in Europe. *Asia Paper*, pp. 1-44.

Mirza , A. A., Holt , G. J. & Knorr, L., 2011. *Wiley IFRS: Practical Implementation Guide and Workbook*. 3 ed. s.l.:Wiley.

Müller, V. O., 2014. The impact of IFRS adoption on the quality of consolidated. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Volume 109, p. 976 – 982.

Palmrose , Z.-V., 1988. 1987 Competitive Manuscript Co-Winner: An Analysis of Auditor Litigation and Audit Service Quality. *The Accounting Review*, 63(1), pp. 55-73.

Pereira, A. D., 2016. *A Crise Financeira e o Reconhecimento de Imparidades: O Caso Europeu*, Lisboa: s.n.

Pereira, L. C., 2010. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?. *Novos Estudos - CEBRAP*, pp. 51-72.

PWC, 2008. *Top 10 tips for impairment testing*, London: s.n.

Raffournier, B., 1995. The determinants of voluntary financial disclosure by Swiss listed companies. *The European Accounting Review* , 4(2), pp. 261-280.

Raffournier, B., 1996. The determinants of voluntary financial disclosure by Swiss listed companies. *European Accounting Review*, 4(2), pp. 261-280.

Reynolds, J. K. & Francis, J. R., 2000. Does size matter? The influence of large clients on office-level auditor reporting decisions. *Journal of Accounting and Economics*, 30(3), pp. 375-400.

Robb, S. W. G., Single, L. E. & Zarzeski, M. T., 2001. Nonfinancial disclosures across Anglo-American countries. *Journal of International Accounting, Auditing & Taxation*, Volume 10, pp. 71-83.

Sannino, G., Ginesti, G. & Drag, C., 2014. Impairment estimates for Available-for-Sale equity instruments: evidence from Italian banks. *Financial Reporting*, pp. 115-140 .

Strong, J. S. & Mayer, J. R., 1987. Asset writedowns: Managerial Incentives and Security Returns. *The Journal of Finance*, 42(3), p. 643–661 .

Vanza , S., Wells , P. A. & Wright , A., 2011. Asset Impairment and the Disclosure of Private Information. Working paper. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1798168>.

Wang, J., 2007. Reversal of long-lived asset impairments in chinese. *Management World*, Volume 6, pp. 45-52.

Yammine, M. & Olivier, H., 2014. Enforcement of Accounting Standards, Financial Crisis, and Their Impact on Impairment of non Financial Assets. Laredo, TX, USA , Universidad Autónoma de Tamaulipas Facultad de Comercio, Administración y Ciencias Sociales , pp. 249-274.

Yip, R. W. Y. & Young, D., 2012. Does Mandatory IFRS Adoption Improve Information Comparability?. : The Accounting Review of American Accounting Association, Volume 87, pp. 1767 - 1789.

Zang, Y., 2008. Discretionary behavior with respect to the adoption of SFAS no. 142 and the behavior of security prices.. Review of Accounting and Finance, Volume 7, pp. 38-68.



**ANEXOS****Anexo 1 - Composição da Amostra por Setores de Atividades**

Setores de atividades	Nº de empresas	Nº de Obs. (Itens de divulgação)	Percentagens (%)
<b>Bens de consumo</b>	3	420	8,82%
<b>Serviços ao consumidor</b>	11	1540	32,35%
<b>Indústria</b>	7	980	20,59%
<b>Tecnologia</b>	4	560	11,76%
<b>Materiais básicos</b>	4	560	11,76%
<b>Construção</b>	4	560	11,76%
<b>Gás e petróleo</b>	1	140	2,94%
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>4760</b>	<b>100,00%</b>

**Anexo2 - Evolução dos Montantes Reconhecidos como Perdas por Imparidade de Ativos Financeiros**

Período	Invest. Disp. p/Venda	Clientes	Outras Dívidas de terceiros	Empréstimos	Total
<b>2006</b>	11.203,00 €	451.605,00 €	29.589,00 €	0,00 €	492.397,00 €
<b>2007</b>	63.052,00 €	258.815,00 €	31.720,00 €	239,00 €	353.826,00 €
<b>2008</b>	293.677,00 €	298.588,00 €	17.643,00 €	48,00 €	609.956,00 €
<b>2009</b>	32.517,00 €	300.270,00 €	15.944,00 €	40,00 €	348.771,00 €
<b>2010</b>	6.758,00 €	293.829,00 €	21.161,00 €	565,00 €	322.314,00 €
<b>2011</b>	67.457,00 €	293.556,00 €	18.645,00 €	250,00 €	379.908,00 €
<b>2012</b>	10.655,00 €	367.561,00 €	31.451,00 €	21,00 €	409.688,00 €
<b>2013</b>	9.160,00 €	219.884,00 €	13.812,00 €	0,00 €	242.856,00 €
<b>2014</b>	9.607,00 €	203.937,00 €	18.039,00 €	0,00 €	231.583,00 €
<b>2015</b>	25.767,00 €	240.059,00 €	14.170,00 €	0,010 €	279.996,00 €

**Anexo 3 - Quota - parte por Setor de Atividade nos Montantes Reconhecidos como Perdas por Imparidade de Ativos Financeiros**

<b>ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>								
<b>Período</b>	<b>Bens de cons.</b>	<b>Serv. ao cons.</b>	<b>Indúst.</b>	<b>Tecnol.</b>	<b>Mat. básicos</b>	<b>Const.</b>	<b>Gás e petr.</b>	<b>Total</b>
<b>2006</b>	0,00%	66,60%	29,80%	0,00%	0,00%	1,78%	1,82%	100,00%
<b>2007</b>	0,00%	95,93%	1,71%	0,00%	0,00%	2,04%	0,32%	100,00%
<b>2008</b>	0,00%	99,38%	0,00%	0,00%	0,00%	0,54%	0,08%	100,00%
<b>2009</b>	0,00%	93,64%	2,33%	0,00%	0,00%	3,35%	0,68%	100,00%
<b>2010</b>	0,67%	88,10%	0,00%	0,00%	7,55%	0,44%	3,24%	100,00%
<b>2011</b>	0,00%	95,32%	0,11%	0,00%	1,04%	3,20%	0,33%	100,00%
<b>2012</b>	0,00%	97,16%	0,00%	0,77%	0,00%	0,00%	2,07%	100,00%
<b>2013</b>	0,00%	66,90%	0,00%	0,00%	16,27%	14,52%	2,31%	100,00%
<b>2014</b>	0,41%	93,78%	0,17%	0,00%	4,49%	0,44%	0,71%	100,00%
<b>2015</b>	0,15%	91,69%	5,88%	0,00%	1,99%	0,04%	0,25%	100,00%
<b>CLIENTES</b>								
<b>2006</b>	0%	83,28%	3,69%	0,33%	2,65%	2,18%	7,87%	100,00%
<b>2007</b>	1,07%	77,5%	6,99%	0,31%	2,37%	2,36%	9,4%	100,00%
<b>2008</b>	0,98%	73,51%	6,15%	0,77%	3,01%	4,24%	11,34%	100,00%
<b>2009</b>	0,38%	71%	8,65%	0,61%	3,71%	3,4%	12,25%	100,00%
<b>2010</b>	0,56%	74,85%	6,59%	0,71%	2,67%	7,96%	6,66%	100,00%
<b>2011</b>	1,21%	71,71%	7,87%	0,88%	2,34%	7,08%	8,91%	100,00%
<b>2012</b>	0,41%	63,98%	10,35%	1,27%	3,76%	9,08%	11,15%	100,00%
<b>2013</b>	0,68%	41,88%	10,15%	2,06%	4,38%	15,9%	24,95%	100,00%
<b>2014</b>	1,57%	52,17%	5,28%	1,07%	3,45%	15,43%	21,03%	100,00%
<b>2015</b>	1,65%	52,9%	3,09%	1,59%	2,12%	26,05%	12,6%	100,00%
<b>OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS</b>								
<b>2006</b>	8,41%	55,78%	25,36%	0,55%	0,78%	6,69%	2,43%	100,00%
<b>2007</b>	0,00%	76,11%	4,96%	11,82%	0,41%	3,12%	3,58%	100,00%
<b>2008</b>	0,00%	42,89%	15,77%	0,00%	1,69%	6,67%	32,98%	100,00%
<b>2009</b>	0,00%	84,34%	1,93%	0,02%	4,19%	4,47%	5,05%	100,00%
<b>2010</b>	0,00%	40,55%	11,66%	0,46%	10,78%	24,19%	12,36%	100,00%
<b>2011</b>	0,00%	42,55%	30,11%	0,08%	0,65%	16,54%	10,07%	100,00%
<b>2012</b>	0,00%	36,99%	50,96%	0,01%	0,24%	8,63%	3,17%	100,00%
<b>2013</b>	1,30%	38,37%	7,49%	18,78%	4,85%	27,26%	1,95%	100,00%
<b>2014</b>	0,42%	55,79%	11,52%	6,41%	3,8%	3,01%	19,05%	100,00%
<b>2015</b>	0,00%	20,05%	22,61%	3,9%	5,76%	39,11%	8,57%	100,00%
<b>EMPRÉSTIMOS</b>								
<b>2006</b>	0,00%	71,18%	0,00%	0,00%	28,82%	0,00%	0,00%	100,00%
<b>2007</b>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
<b>2008</b>	0,00%	26,46%	0,00%	0,00%	73,54%	0,00%	0,00%	100,00%
<b>2009</b>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
<b>2010</b>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%

<b>2011</b>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
<b>2012</b>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
<b>2013</b>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>2014</b>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>2015</b>	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

**Anexo 4 - Matriz de correlação entre as variáveis**

		IMP	ID	IMP_DUM	RACIO IMP	CRISE	PIB	INFL	DIM	END	AUD	COT	X6	X7	X8	X9	X10	X11	RAI Ajust	Ln (Imp Rec)	Ln (Imp Ac)	
IMP	Correlação de Pearson	1																				
	Sig. (bilateral)																					
ID	Correlação de Pearson	-0,076	1																			
	Sig. (bilateral)	0,163																				
IMP_DUM	Correlação de Pearson	0,093	,219**	1																		
	Sig. (bilateral)	0,087	0,000																			
RACIO IMP	Correlação de Pearson	,133*	-0,035	,157**	1																	
	Sig. (bilateral)	0,014	0,520	0,004																		
CRISE	Correlação de Pearson	-0,020	,157**	,127*	0,034	1																
	Sig. (bilateral)	0,714	0,004	0,019	0,538																	
PIB	Correlação de Pearson	-0,007	-,141**	-,135*	-0,012	-,437**	1															
	Sig. (bilateral)	0,899	0,009	0,013	0,828	0,000																
INFL	Correlação de Pearson	0,061	-,153**	-0,023	0,040	,257**	0,028	1														
	Sig. (bilateral)	0,262	0,005	0,673	0,462	0,000	0,613															
DIM	Correlação de Pearson	,511**	0,058	0,098	-,145**	0,026	-0,029	0,004	1													
	Sig. (bilateral)	0,000	0,287	0,072	0,007	0,635	0,592	0,943														
ENDIV	Correlação de Pearson	-0,003	0,032	0,096	,139*	0,056	0,023	0,018	-,134*	1												
	Sig. (bilateral)	0,961	0,561	0,078	0,010	0,302	0,669	0,738	0,013													
AUD	Correlação de Pearson	,150**	,256**	,274**	-0,083	0,060	-0,055	-0,035	,370**	-0,098	1											
	Sig. (bilateral)	0,006	0,000	0,000	0,128	0,270	0,310	0,520	0,000	0,072												
COTAÇÃO	Correlação de Pearson	,426**	-,315**	-,130*	0,078	0,000	0,000	0,000	,241**	-0,067	0,012	1										
	Sig. (bilateral)	0,000	0,000	0,016	0,151	1,000	1,000	1,000	0,000	0,220	0,823											
X6	Correlação de Pearson	-0,040	0,010	-0,047	-0,094	0,000	0,000	0,000	0,040	,183**	-,365**	-0,064	1									
	Sig. (bilateral)	0,461	0,857	0,384	0,084	1,000	1,000	1,000	0,462	0,001	0,000	0,242										
X7	Correlação de Pearson	,137*	-,126*	0,054	-0,040	0,000	0,000	0,000	,263**	-0,057	0,095	-0,030	-0,064	1								
	Sig. (bilateral)	0,011	0,020	0,319	0,464	1,000	1,000	1,000	0,000	0,295	0,080	0,578	0,242									
X8	Correlação de Pearson	-,126*	,113*	0,081	-0,030	0,000	0,000	0,000	-0,095	0,066	,261**	-0,089	-,186**	-0,089	1							
	Sig. (bilateral)	0,020	0,037	0,134	0,588	1,000	1,000	1,000	0,080	0,226	0,000	0,103	0,001	0,103								
X9	Correlação de Pearson	-0,090	0,055	,114*	-0,067	0,000	0,000	0,000	0,087	-0,071	,178**	-0,064	-,133*	-0,064	-,186**	1						
	Sig. (bilateral)	0,096	0,312	0,036	0,220	1,000	1,000	1,000	0,107	0,194	0,001	0,242	0,014	0,242	0,001							
X10	Correlação de Pearson	,277**	0,007	-,117*	,175**	0,000	0,000	0,000	,253**	-0,083	,198**	,252**	-,253**	-,120*	-,352**	-,253**	1					
	Sig. (bilateral)	0,000	0,900	0,031	0,001	1,000	1,000	1,000	0,000	0,126	0,000	0,000	0,000	0,026	0,000	0,000						
X11	Correlação de Pearson	-,108*	0,059	-0,080	-0,017	0,000	0,000	0,000	-,397**	-0,025	-,452**	-0,064	-,133*	-0,064	-,186**	-,133*	-,253**	1				
	Sig. (bilateral)	0,047	0,277	0,143	0,753	1,000	1,000	1,000	0,000	0,648	0,000	0,242	0,014	0,242	0,001	0,014	0,000					
RAI Ajust	Correlação de Pearson	0,052	,117*	,195**	-0,046	0,065	-0,025	0,001	0,088	0,036	,186**	-,277**	-0,032	0,056	-0,006	0,071	-0,019	-0,006	1			
	Sig. (bilateral)	0,345	0,032	0,000	0,397	0,234	0,651	0,978	0,107	0,516	0,001	0,000	0,552	0,309	0,909	0,192	0,732	0,909				
Ln (Imp Rec)	Correlação de Pearson	,358**	,260**	,770**	,241**	,127*	-,129*	0,009	,391**	0,079	,302**	-0,006	-0,055	,174**	-0,025	0,077	-0,023	-0,043	,193**	1		
	Sig. (bilateral)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,019	0,018	0,868	0,000	0,147	0,000	0,912	0,309	0,001	0,648	0,154	0,678	0,425	0,000			
Ln (Imp Ac)	Correlação de Pearson	,315**	,244**	,459**	0,101	0,062	-0,061	-0,039	,423**	0,106	,333**	-0,053	-,134*	,154**	-0,042	0,041	,121*	-,111*	,319**	,630**	1	
	Sig. (bilateral)	0,000	0,000	0,000	0,063	0,255	0,265	0,473	0,000	0,051	0,000	0,331	0,013	0,005	0,444	0,452	0,026	0,040	0,000	0,000		

## Anexo 5 - Estatística Descritiva

Designação		IMP		REVERSÕES IMP.		RÁCIO IMP		ID	
		Crise	Não crise	Crise	Não crise	Crise	Não crise	Crise	Não crise
Média		97 755,00	11 113,00	3 633,00	3 864,00	3,3035	2,9479	70,3195	65,3967
Erro Padrão		1 944,00	2 684,00	721,00	735,00	0,45394	0,36029	1,17231	1,12630
95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	5 930,00	5 820,00	2 207,00	2 415,00	2,4057	2,2375	68,0010	63,1760
	Limite superior	13 620,00	16 406,00	5 059,00	5 312,00	4,2013	3,6582	72,6379	67,6175
5% da média aparada		5 462,00	4 076,00	2 047,00	2 105,00	2,4466	2,0943	70,8240	65,7965
Mediana		1 560,00	1 015,00	539,00	250,00	1,6315	1,4585	71,5278	66,6667
Variância		514 064 231 450,00	1 469 952 973 387,00	70 179 770 151,00	109 025 038 798,00	28,025	26,481	186,905	258,784
Desvio Padrão		22 673,00	38 340,00	8 377 336,70	10 442,00	5,29382	5,14595	13,67131	16,08678
Mínimo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,33	31,25
Máximo		141 008,00	363 452,00	43 397,00	89 960,00	40,66	40,64	94,44	100,00

## Anexo6 - Estatísticas de Amostras Emparelhadas

		<b>Média</b>	<b>Obs.</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Erro Padrão da Média</b>
<b>Par 1</b>	IMP DUM crise	0,96	84	0,189	0,02068
	IMP DUM não crise	0,94	84	0,241	0,0265
<b>Par 2</b>	RACIO IMP crise	3,3035	136	5,29382	0,45394
	RACIO IMP não crise	3,3779	136	5,68633	0,48760
<b>Par 3</b>	ID crise	70,3195	136	13,67131	1,17231
	ID não crise	66,1463	136	16,53605	1,41795

Anexo7 - Teste *t* - Student da Diferença das Médias das Amostras Emparelhadas

<b>Diferenças emparelhadas</b>	<b>IMP DUM crise – IMP DUM não crise</b>	<b>ID crise - ID não crise</b>	<b>RACIO IMP crise - RACIO IMP não crise</b>
Média	0,02439	4,17331	-0,07463
Desvio – padrão	0,31331	22,26320	8,10800
Erro padrão da média	0,03460	1,90905	0,69526
F - Statistics	0,7049	2,186	-0,107
Observações	82	135	135
p – value (bilateral)	0,48287	0,031	0,915

## Anexo 8 - Índice de Divulgação 1

IAS/ IFRS	Requisitos de divulgação segundo a IAS 39	Divulgada	Não divulgada	Não aplicável
	1. Políticas contabilísticas			
	A entidade divulgou para cada categoria de ativo financeiro os critérios de reconhecimento e a base de mensuração			
§ 63 a 70, IAS 39	A entidade divulgou os critérios de reconhecimento e base de mensuração das perdas por imparidade bem como os critérios aplicados na reversão das perdas por imparidade para cada categoria de ativos financeiros foram divulgados			
§AG 87, IAS 39	A entidade divulgou os critérios usados para agrupar os ativos em grupo de ativos financeiros para efeito de avaliação de imparidade			
§ 61, IAS 39	Em caso da entidade possuir investimentos em instrumentos de capital próprio classificado como ativos financeiros detidos para venda e reconheça uma perda por imparidade, a entidade divulgou de forma clara as alterações significativas com efeitos adverso ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal no qual o emissor opera e indica que o custo do investimento de capital próprio não será recuperado?			
§ 61, IAS 39	Em caso da entidade reconhecer perdas por imparidade de ativos financeiros com base no conceito de declínio significativo ou prolongado do justo valor, será que a entidade divulgou o critério usado para determinar a quantia e tempo considerada como declínio significativo ou prolongado do justo valor de um instrumento de capital próprio?			

## Anexo 9- Índice de divulgação 2

IAS/IFRS	Requisitos de divulgação segundo a IFRS 7	Divulgada	Não divulgada	Não aplicável
	1. Políticas contabilísticas			
§ B5, al. d) i) ii), IFRS 7	d) quando for usada uma conta de abatimento para reduzir a quantia escriturada de ativos financeiros com imparidade por perdas de crédito:			
	i) os critérios usados para determinar quando é que a quantia escriturada de ativos financeiros com imparidade é reduzida diretamente (ou, no caso de uma reversão de uma redução, aumentada diretamente) e quando é que a conta de abatimento é usada.			
	ii) os critérios para eliminar as quantias debitadas na conta de abatimento contra a quantia escriturada de ativos financeiros com imparidade.			
	2. Significado das perdas por imparidade na demonstração da posição financeira, demonstração do rendimento integral e anexos as demonstrações financeiras			
§ 8, a), b), c) e d), IFRS 7	A entidade divulgou a quantia escriturária de cada categoria de ativo financeiro descrito na IAS 39, parágrafo 9.			
§ 20, al. e), IFRS 7	A entidade divulgou a quantia de qualquer perda por imparidade para cada classe de ativo financeiro?			
§ B5, al. f), IFRS 7	E quais foram os critérios usados pela entidade para concluir que existem provas objetivas de que se trata de uma perda por imparidade para cada categoria de ativo financeiro?			
§ 37, al. a), IFRS 7	A entidade divulgou uma análise da idade dos ativos financeiros vencidos no final do período de relato financeiro mas que não se encontram em imparidade?			
§ 37, al. b), IFRS 7	A entidade divulgou para cada classe de ativo financeiro, uma análise dos ativos financeiros que são considerados como estando em imparidade no final do período de relato, designadamente os fatores que a entidade considerou na determinação dessa imparidade			
§ 14, IFRS 7	A entidade divulgou a reconciliação das alterações na conta de abatimento para perdas de crédito durante o período para cada classe de ativos financeiro?			
§ 20, al. a) ii), IFRS 7	A entidade divulgou na demonstração do resultado ou nas notas os ganhos líquidos ou perdas líquidas de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, indicando separadamente a quantia do ganho ou perda reconhecida em outro rendimento integral durante o período e a quantia reclassificada do capital próprio para os resultados?			



